



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE
KENNEDY

PDI- IFESP

2025-2030

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY - IFESP

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Rua Jaguarari, 2100 - Lagoa Nova - Natal, RN

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI 2025/2030

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DO LAZER

Governadora do Estado
Maria de Fátima Bezerra

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, do Esporte e do Lazer
Maria do Socorro da Silva Batista

Diretora Geral do IFESP
Márcia Maria Alves de Assis

Coordenador Administrativo
José Paulino Filho

Coordenadora Pedagógica
Ilsa Fernandes de Queiróz

Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação – NEPE
Maria Aparecida de Almeida Rego

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PDI

Márcia Maria Alves de Assis (Diretora Geral)

Maria das Neves de Medeiros (Docente)

Denilton da Silveira Oliveira (Docente)

Robson de Oliveira Santos (Docente)

Arandi Robson Martins Câmara (Docente)

Maria Rosalye Lira de Oliveira Félix (Docente)

Maria Elielba Chacon (Servidora Técnica)

Francisca Daise Galvão Freire (Servidora Técnica)

Vanuza Rejane de Souza (Discente)

Geane Gomes da Silva Vicente (Discente)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 MISSÃO	5
1.2 VISÃO DE FUTURO	5
1.3 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS	5
1.4 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	6
2. PERFIL INSTITUCIONAL	7
2.1 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO	7
2.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	11
2.3 SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	11
2.4 ANÁLISE SITUACIONAL	13
2.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL	14
2.6 INSERÇÃO LOCAL E REGIONAL	15
2.7 CORPO DOCENTE	15
2.10 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	21
2.11 CORPO DISCENTE	22
3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI	25
3.1 POLÍTICA DE ENSINO	25
3.1.1 Política de Ensino de Graduação	25
3.1.2 Política de Ensino de Pós-Graduação	28
3.2 POLÍTICA DE PESQUISA E INOVAÇÃO	31
3.2.1 Grupos e Linhas de Pesquisa	32
3.3 POLÍTICA DE EXTENSÃO	34
3.4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	37
3.5 POLÍTICA DE INCLUSÃO	38
3.5.1 Inclusão e diversidade na perspectiva dos direitos humanos	39
3.5.2 Educação especial em uma perspectiva inclusiva	42
3.6 POLÍTICA DE GESTÃO	46
4. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	50
5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy - IFESP consiste em um documento que define os rumos do Instituto, contemplando sua missão, visão de futuro, princípios, objetivos, perfil e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as políticas e respectivas diretrizes visando atingir suas metas e ações. Tem vigência por um período de seis anos (2025-2030) e foi elaborado com base em diversas normas, destacando-se a Lei nº 9.394/1996, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no Sistema Federal de Ensino.

Em junho de 2024, foi constituída uma comissão (Portaria nº 07/2024 – CCP/IFESP, atualizada pelas portarias 10/2024 – CCP/IFESP e 14/2024 – CCP/IFESP), sob a presidência da Direção Geral, com a finalidade de coordenar o processo de elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFESP. Coube a essa Comissão propor uma minuta para discussão nas várias instâncias da comunidade acadêmica e com a sociedade civil, para receber sugestões.

Reuniões, seminários de sensibilização e formação junto à comunidade acadêmica foram realizados para discutir a importância do PDI como documento norteador das ações institucionais. Foi realizada uma consulta pública, disponível no Sistema Integrado de Gestão a Educação – SIGEDUC e no site da instituição (<https://ifesp.edu.br>) para colher sugestões e propostas junto à comunidade acadêmica, bem como aos órgãos representativos das categorias que compõem o Instituto.

Após o processo de consulta pública foi realizada análise, sistematização e consolidação das sugestões e propostas e por fim o texto foi submetido à apreciação e aprovação do Conselho Científico Pedagógico (CCP) do IFESP reunido em 27/12/24 e após revisão do documento consolidado por meio da Resolução nº 01/2025, de 13 de fevereiro de 2025.

Desse modo, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFESP serve como referência para avaliar a própria instituição ao longo do tempo, seja pela Comissão Própria

de Avaliação (CPA), seja por organismos específicos da Secretaria de Estado, da Educação, do Esporte e do Lazer (SEEC), constituindo também um instrumento para a própria comunidade acadêmica acompanhar a gestão institucional, da Educação.

1.1 MISSÃO

A missão do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP é promover formação de qualidade para profissionais que atuam/atuarão em processos educacionais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na perspectiva do desenvolvimento humano, socioambiental e cultural, fomentando a construção do bem-estar social da população Norte Rio-grandense.

1.2 VISÃO DE FUTURO

O IFESP em seus trinta anos de atuação no Ensino Superior e considerando os seus avanços no ensino, na pesquisa e na extensão, assume como visão de futuro ser reconhecida como uma instituição autônoma, política e financeiramente capaz de se planejar e de se autoavaliar continuamente, assumindo seu compromisso com a qualidade e excelência na formação acadêmica oferecida, pautado na inclusão, diversidade, equidade e no desenvolvimento humano, socioambiental, cultural e sustentável da sociedade.

1.3 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

O IFESP deve consolidar-se como um centro de excelência acadêmica no contexto local e regional, contribuindo para o desenvolvimento humano, a justiça social, a sustentabilidade socioambiental e a democracia, tomando como parâmetros os princípios definidos no seu Estatuto, quais sejam:

- I. da ética e da moral;

- 
- II. da gestão democrática do ensino;
 - III. da natureza pública e gratuita do ensino;
 - IV. do trabalho em defesa da recuperação do papel pedagógico e social do professor;
 - V. do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - VI. do respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - VII. da garantia de padrão de qualidade;
 - VIII. da valorização da experiência extraescolar;
 - IX. da indissociabilidade entre a teoria e a prática.

1.4 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

- Contribuir com a qualidade do ensino e aprendizagem da Educação Básica da rede pública do Estado do Rio Grande do Norte;
- Garantir a formação cidadã de estudantes promovendo a igualdade de oportunidades no enfrentamento aos desafios locais, regionais, nacionais e globais;
- Investir na formação acadêmica para elevar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Colaborar para o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte, da região e do país, respondendo às demandas da sociedade brasileira.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

A história do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy- IFESP tem suas raízes na criação da Escola Normal de Natal¹ que foi criada em 1908, através do decreto nº 178, de 29 de abril do mesmo ano. Seu objetivo era prover a formação do professor para a renovação da Instituição pública do Estado. Sendo pioneira e modelar na formação docente do Estado do Rio Grande do Norte, constituiu-se também como símbolo de uma nova época, no anúncio de uma sociedade que se pretendia inovar.

Em 1960, pela lei de número 2.889, de 11 de janeiro, a Escola Normal de Natal sofre transformações, inclusive para adequar-se à Reforma Capanema (1935/1937), passando, a partir de então, a ser reconhecida como Instituto de Educação de Natal. Porém, somente em janeiro de 1961, através da Lei nº 2.639, torna-se legalmente Instituto de Educação, funcionando nas instalações de um prédio, em frente à praça Pedro Velho, na cidade de Natal/RN, que desde 1956 vinha sendo ocupado pela Escola Normal.

A referida lei determinou três tipos de estabelecimentos diferentes para ministrar o ensino normal²: o Curso Normal Regional, a Escola Normal e o Instituto de Educação. Dentre as proposições instituídas por esse decreto, foram previstas funções, que segundo Romanelli (1998), poderiam e deveriam ser completadas pelo ensino normal. Uma vez fixadas às diretrizes e finalidades para estes níveis de ensino, caberia aos Estados concentrar esforços e fomentar recursos para aplicação destas normas.

No governo de Aluísio Alves, o Instituto de Educação de Natal cede lugar ao Instituto de Educação Presidente Kennedy, que passa a funcionar em prédio próprio, construído e localizado à Rua Jaguarari, em Natal. O feito de tal obra deve-se a celebração de convênio

¹ Segundo Dantas e Aquino (2004, p. 2), “no Rio Grande do Norte, a Escola Normal constituiu-se num ponto de irradiação e de convergência das discussões referentes à educação, atuando não só no âmbito do discurso, mas contribuindo na criação de instituições culturais como: a APRN-1920, a revista *Pedagogium* em 1921, a Escola Normal de Mossoró em 1922 e o Departamento Estadual da ABE-1929”.

² O ensino normal ficou dividido em dois níveis. O curso de 1º Ciclo, que funcionaria como curso de regentes de ensino primário com duração de quatro anos (após o ensino primário), o qual seria ministrado nas denominadas **Escolas Normais Regionais**. Já os Cursos de 2º ciclo (após o curso ginásial), constituíam nos cursos de formação de professor primário, com duração de três anos, ministrados nos estabelecimentos denominados **Escolas Normais**. Os cursos de formação de professor primário, com duração de três anos, eram ministrados nos estabelecimentos denominados **Escolas Normais**.

firmado entre a SUDENE, MEC/USAID e ALIANÇA PARA O PROGRESSO. A inauguração do Instituto ocorreu em 22 de novembro de 1965, e por ocasião da visita do Senador Robert Kennedy, recebendo o nome de “Instituto de Educação Presidente Kennedy” em homenagem ao Presidente dos Estados Unidos da América, país com o qual foram firmados os convênios de financiamentos.

Com o advento da Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971), que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, o Instituto de Educação Presidente Kennedy passa a ser denominado de Escola Estadual Presidente Kennedy - 1º e 2º graus, sob a autorização nº 394/76. O curso normal, de caráter mais humanístico, é transformado em uma das habilitações profissionais de 2º grau, ou seja, Curso de Magistério.

Em 1994, a lei nº 6.573 transformou a Escola Estadual Presidente Kennedy, que formava professores em nível de 2º grau, no Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy (IFP), em nível de 3º grau.

O IFP foi, portanto, criado a partir de uma política de qualificação docente da Secretaria de Educação Fundamental - MEC apoiado pelo Programa de Cooperação Educativa Brasil-França, adequando-se às diretrizes políticas traçadas pelo Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003) (BRAULT, 1994, p. 8).

O Projeto-Piloto de Formação do Professor em nível superior para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental está entre outros projetos que formavam as linhas de trabalho do referido programa, e teve como fundamento a certeza de que a qualidade da educação básica dependia da qualificação profissional dos professores. Assim, o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade de Educação (19/10/1994) reafirmou os esforços para definir e consolidar uma política nacional de magistério, criando instituições como o IFP que atendessem a essas políticas.

Em 1994, se inicia a história do Instituto Kennedy como instituição de ensino superior. Neste sentido, faz 31 anos que a instituição redimensionou seu papel, já que o magistério (nível médio) não mais respondia satisfatoriamente às exigências legais para o exercício da docência. Sobre a formação em nível médio, estudos apontavam que na educação haviam:

[...] problemas cruciais, como fragmentação de conteúdos, a fragilidade de uma formação comum de base, a desarticulação da teoria com a prática, e uma desmotivação crescente por parte dos formandos, diante da desvalorização da profissão e da descaracterização do papel social do professor (RIO GRANDE DO NORTE - PROJETO..., 1993, p. 5).

O Estado do Rio Grande do Norte resolve implantar o projeto de formação em uma instituição Estadual e passa a desenvolver propostas pedagógicas inovadoras para formar professores da educação infantil e de 1ª a 4ª séries do ensino de 1º grau, como um órgão de regime especial vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e Desporto-SECD, com relativa autonomia administrativa e financeira.

No ano seguinte, em 1993, tendo o projeto em mãos, o professor Michael Brault, consultor do projeto³, solicita análise do projeto de formação ao Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Segundo Marcos Guerra (1996, p. 250), essa cooperação da universidade foi proveitosa, mas não o suficiente para fazê-la criar agilmente uma Faculdade de Educação com uma proposta diferenciada para formar professores. De acordo com Marcos Guerra;

Fizemos essa análise em conjunto com a universidade federal durante dois anos de excelente cooperação, mas a universidade não teve condições de agilidade para responder, criando algo diferenciado fora dos muros da instituição clássica de formação, que é a Faculdade de Educação (GUERRA, 1996, p. 250).

Finalmente, o convênio foi estabelecido com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), para desenvolver a atividade formativa como executora da experiência, em nível Institucional. Sobre esta questão a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei 9394, aprovada em 1996, regulamenta:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Art. 63. os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; [...]. (BRASIL, 1996).

Seis anos após a criação do IFP, o decreto nº 7.909 de 4 de janeiro de 2001, transforma a instituição no atual Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – Centro de Formação de Profissionais da Educação (IFESP), com amparo legal na Lei de

³ Michael Brault foi o Inspetor Geral Pedagógico Regional e Inspetor de Academia na França, representante e enviado do governo francês ao Brasil para apoiar a implantação de duas experiências-piloto nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96, que demarca prazo para que todos os professores concluam sua formação em nível superior.

Tal fato representou uma conquista importante para a Instituição, pois deu-lhe o respaldo legal, já na condição de autarquia para ter e gerenciar seus próprios projetos, já que, de 1994 a 2000, esteve vinculada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, para conferir certificação.

Ainda em decorrência desse fato, a partir de 2001, o curso oferecido passou a ser o Normal Superior, substituindo o Curso de Formação de Professores de 1ª a 4ª séries do Ensino de 1º Grau. Tratava-se apenas de uma troca de nome, pois a estrutura curricular não foi afetada em suas linhas gerais.

No ano de 2003, a Instituição passa a oferecer mais dois cursos de licenciatura: Letras - Habilitação em Língua Portuguesa e o curso de Ciências – Habilitação em Matemática - além do curso Normal Superior. Em 2009, passa a oferecer o curso de Pedagogia e, gradualmente, extingue o curso Normal Superior.

Ainda em 2007, atendendo a muitas solicitações de professores, gestores e coordenadores vinculados a SEEC, inicia a oferta cursos de pós-graduação Lato Sensu, especialização em Educação Infantil, Gestão de Processos Educacionais, Educação Ambiental, Ensino da Língua Portuguesa, Educação Matemática para o Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio e Educação Matemática: teoria e prática no Ensino Fundamental.

O IFESP como Instituição de Ensino Superior preocupa-se em assegurar e consolidar não só o ensino, mas também a pesquisa e a extensão. Assim, desde 2007, oferece diversos cursos de extensão por semestre para alunos, ex-alunos e a sociedade em geral, inclusive executando Programas e Projetos vinculados ao MEC.

Para as atividades de pesquisa foram organizados três grupos de pesquisa, os quais visam estabelecer elos entre o ensino e a extensão. Além disso, os projetos dos cursos de graduação passam a incluir a curricularização da extensão, conforme Resolução nº 01 CCP/IFESP de 20/08/2022, em atendimento ao artigo 4º da Resolução nº 07 CNE, de 18/12/2018 do Conselho Nacional de Educação.

Atualmente, a instituição elabora projetos de novos cursos de especialização para atender as demandas de formação continuada dos servidores vinculados a SEEC e mantém ofertas regulares dos cursos mencionados, atendendo em média 626 alunos, entre os cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*.

2.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O IFESP é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer – SEEC. De acordo com seu **Regimento Geral**, a administração do IFESP, é feita por seus órgãos colegiados, deliberativos e por seus órgãos nos níveis da administração central, acadêmica e suplementar em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e articulação dos diversos órgãos situados em cada nível. A Organização Administrativa se dá por meio dos seguintes órgãos: I. Colegiados Superiores: a) Conselho Administrativo; b) Conselho Científico-Pedagógico; II. Direção Geral; III. Órgãos Auxiliares da Direção Geral: a) Coordenação Administrativa; b) Coordenação Pedagógica; c) Grupo Auxiliar de Administração Geral; d) Grupo Auxiliar de Finanças; Grupo Auxiliar de Pessoal e Patrimônio; IV. Comissões Permanentes: a) Comissão de Processo Seletivo; b) Comissão Própria de Avaliação - CPA; V. Órgãos Suplementares: a) Secretaria de Registro Acadêmico; b) Biblioteca “Crisan Siminéa”; c) Escola Laboratório “Presidente Kennedy” – Educação Básica.

Nos termos do **Estatuto** do IFESP, O **Conselho Administrativo** e o **Conselho Científico-Pedagógico** são Órgãos Colegiados Superiores de instância máxima do IFESP com funções normativas, deliberativas, que definem, gerem e acompanham a política de ensino, de pesquisa, de extensão, de pós-graduação e de administração, de acordo com os objetivos da instituição e de planejamento. Os órgãos colegiados são constituídos por gestores, coordenadores, servidores técnicos, docentes e discentes.

2.3 SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A sustentabilidade financeira do IFESP é condição essencial do seu desenvolvimento e, conseqüentemente, para o efetivo cumprimento de sua missão institucional e visão de futuro. Por esta razão, este elemento, do ponto de vista econômico, se situa como fundamental para o funcionamento do planejamento institucional.

Dessa forma, as leis orçamentárias e a gestão financeira devem sempre estar em equilíbrio e em consonância com as políticas, programas, projetos e ações, ou seja, o planejamento institucional favorece a efetividade dos resultados da gestão. O maior desafio

é garantir que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para o efetivo exercício deste PDI.

O IFESP é um Órgão da administração indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, participa do planejamento e da execução das Leis orçamentárias do Estado: Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e Plano Plurianual – PPA. Consequentemente a aprovação dos orçamentos anuais do IFESP deve estar de acordo com as demandas financeiras para cumprir com suas metas, considerando a conjuntura e a disponibilidade de recursos deste mantenedor, o Governo Estadual.

O orçamento anual do IFESP tem sua classificação em dois grupos de despesa pública: custeio e investimento. Já as fontes contam com recursos do Governo Estadual (fonte 500); recursos diretamente arrecadados (fonte 501); e recursos oriundos de eventuais celebrações de convênios. Como fontes alternativas ainda é possível obter recursos advindos de emendas parlamentares em nível estadual e/ou federal.

A Execução orçamentária do IFESP nos últimos seis anos alcança uma média de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) anuais, somando-se o repasse estadual dos recursos não vinculados a impostos (fonte 500) e os recursos diretamente arrecadados (fonte 501). Nesta execução orçamentária não estão incluídas as despesas com pessoal, pois os profissionais são do quadro da SEEC/RN cedidos a esta Instituição, até que seja efetuado concurso público para ocupação de vagas do quadro próprio.

Diante do exposto, é importante salientar que o IFESP prioriza o uso eficiente dos recursos públicos com o objetivo de cumprir sua missão institucional, ampliando cada vez mais a oferta dos serviços para contribuir com a melhoria dos indicadores da educação do RN, alcançando resultados consideráveis, sempre investindo em sua estrutura física e tecnológica e manutenção do custeio geral da instituição.

Portanto, a busca por captação de recursos para investimentos deverá ser continuada, pois é imprescindível à formação dos profissionais da educação do RN que demandam por projetos de infraestrutura física, aquisição de equipamentos, atividades de extensão, serviços técnicos, consultoria e pesquisa. A comunidade do IFESP deverá assegurar o cumprimento deste planejamento institucional, fortalecer sua atuação no campo da educação do RN e encaminhar as discussões sobre a necessidade de articular forças para avançar e conquistar sua autonomia financeira e patrimonial.

2.4 ANÁLISE SITUACIONAL

A experiência de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – Centro de Formação de Profissionais da Educação – IFESP, com a concepção de um planejamento para o período de 05 anos, ocorreu com a construção do PDI 2005 – 2009. A estrutura do texto se organiza com os seguintes itens: apresentação do perfil institucional, a missão, visão de futuro e objetivos.

Ademais, as Diretrizes do PDI traduzem a importância da gratuidade do ensino público, além da necessária integração do IFESP com outras instituições. Este documento apresenta desafios institucionais de infraestrutura, políticas de valorização de recursos humanos, organização didático-pedagógica e política de extensão e pós-graduação. O PDI 2005-2009 teve sua vigência prorrogada até o ano 2010 e no ano de 2011 houve aprovação do PDI 2011-2015.

O IFESP construiu o PDI 2011 – 2015, em uma nova formatação em que apresenta um conjunto de ações fundamentadas em diretrizes que norteiam os rumos da Instituição, redimensionando a necessidade de sua inovação para atender as demandas existentes no Sistema de Educação da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte. A elaboração do PDI 2011-2015 do IFESP contou com a participação da Direção Geral; Coordenações Pedagógica, Administrativa e Financeira; representações do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão – NEPE; Coordenação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação; representação de colegiados, alunos, funcionários e da Comissão Própria de Avaliação – CPA, sendo submetido à apreciação e aprovação dos Colegiados Máximos: Conselho Científico Pedagógico e Conselho Administrativo. Este PDI teve sua vigência até o ano de 2016.

O PDI do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – Centro de Formação de Profissionais da Educação – IFESP, previsto para o período 2017 – 2022 apresentou um conjunto de ações que se fundamentaram em Diretrizes que nortearam os rumos da Instituição, redimensionando a necessidade de sua inovação para atender as demandas existentes no Sistema de Educação da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte. Neste sentido, é possível constatar a evolução e o aprimoramento do planejamento institucional, que vem se consolidando e se estruturando em todos os seus níveis hierárquicos. Neste PDI há a inclusão de comissões específicas (Comissão de Avaliação e Pesquisa – CAP; Comissão de Controle Interno – CCI), além da Comissão Própria de

Avaliação – CPA, responsável pela avaliação interna e norteadora dos novos rumos do IFESP.

O PDI 2017-2022 teve sua vigência prorrogada até o ano de 2024, em decorrência das dificuldades enfrentadas pelo IFESP em decorrência em virtude das medidas emergenciais de saúde pública, decorrente do novo Coronavírus, responsável pela pandemia de Covid 19. Neste sentido, o Conselho Científico Pedagógico respaldou a prorrogação por meio da Resolução Nº 02/2022 de 20 de dezembro de 2022.

O diagnóstico dos últimos 20 anos (2005 a 2024) do IFESP está ancorado nos PDIs 2005-2009; 2011–2015; e 2017-2022 que servem como alicerce para a definição do PDI ora apresentado (2025-2030). Na estruturação metodológica para a elaboração da presente análise situacional foi considerada, portanto, os documentos acima citados, além dos relatórios da Comissão Própria de Avaliação-CPA, relatórios da gestão, bem como seminários de sensibilização, formação e fundamentação. Foram consideradas, também, as sugestões da consulta pública a que este documento foi submetido.

Tendo como referencial esse conjunto de dados e informações, conseguimos constatar avanços e conquistas, principalmente nos desafios ao exercício das potencialidades da instituição e assim propormos políticas e ações que vislumbram o avanço do IFESP para os próximos 6 anos.

2.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP) se alicerça no contexto do conhecimento no âmbito local e regional, na sustentabilidade e na cultura. Define-se como um conjunto de ações formativas para a comunidade acadêmica de forma humanística, contextualizada na perspectiva interdisciplinar, inclusiva e diversa. Neste sentido, o IFESP dispõe de uma Carta de Serviços com o objetivo de informar a sociedade da sua missão e os serviços oferecidos para a comunidade em geral.

O serviço prestado pela Instituição prima por um atendimento de qualidade, de modo que o resultado de sua ação educativa tenha impacto no sistema de ensino da rede pública, na comunidade e contribua assim para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos,

agentes e atores do processo de desenvolvimento econômico, social e cultural do local e da região onde ele se insere.

2.6 INSERÇÃO LOCAL E REGIONAL

O RN apresenta indicadores muito baixo no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) necessitando de melhoramentos. Compreendemos que as diversas políticas implantadas, em nível estadual e nacional, geram diferentes relações com a melhoria da qualidade da educação brasileira, por isso a política para a formação inicial e continuada de professores também está inclusa nessas relações.

O IFESP tem desenvolvido um papel importante como Instituição indutora do desenvolvimento da formação de profissionais qualificados para a área da educação. Assim, a instituição busca fortalecer, na sua comunidade acadêmica, um engajamento individual e coletivo por ações de transformação local e regional, capazes de contribuir para uma educação de qualidade social.

Diante da importância do IFESP como catalisadora do desenvolvimento da qualidade da formação de profissionais que atuam/atuarão em processos educacionais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e visando ao cumprimento da sua missão institucional estabelecido em seu Estatuto, o IFESP estará apto a consolidar a sua tradicional política de formação docente e outras áreas de atuação e estender suas ações para novas frentes de conhecimento, com o estabelecimento de parcerias.

2.7 CORPO DOCENTE

O IFESP dispõe de um quadro de professores, denominados formadores, para desenvolver as ações inerentes ao ensino, à pesquisa e a extensão, vinculados a Secretaria de Estado, da Educação, do Esporte e do Lazer – SEEC, em condição de cedidos. A forma de admissão ao quadro de docentes do IFESP se dá através de processo seletivo - Ciclo

de Estudos – Lei Nº. 7993 de 21 de janeiro de 2001. A carga horária dos docentes que atuam nesta instituição é de 40 horas semanais.

Para submeter-se ao Ciclo de Estudos, o professor inscreve-se no processo de seleção divulgado publicamente, por meio de um Edital. Para esse processo, a instituição adota uma série de atividades desde a entrevista, produção textual, análise curricular e prova didática.

A Cessão dos professores selecionados é feita pela entidade mantenedora (SEEC), observadas as disposições das convenções do Estatuto da Instituição. A IES, sem negar o processo de inovação tecnológica, procura preservar muitos dos princípios inerentes a sua origem histórica, como também prima pela qualificação do seu pessoal.

O quadro abaixo apresenta os nomes dos professores por ordem alfabética com respectivas cargas horárias, formação e titulação atual. As legendas dos **Cursos de Graduação**: Pedagogia Licenciatura – PED; Licenciatura em Letras – LET; Licenciatura em Matemática – MAT; dos **Cursos de Pós-graduação**: Educação Ambiental – EA; Ensino da Língua Portuguesa – ELP; Ensino da Matemática – EM; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Educação Infantil – EI; Gestão de Processos Educacionais – GE

Nº	Professor (a)	TITULAÇÃO	Disciplinas	Cursos
01	Adalgiza Maria Alves	Mestrado em Psicologia Graduação em Pedagogia Graduação em Psicologia	Psic. da Educação I e II; Psicologia do Desenv.; Educação Especial; TCC; Desenvolvimento da Criança (Pós)	Pedagogia Esp. Ed. Infantil
02	Ana Paula Leão Maia	Doutorado em Ed. Física; Mestrado em Psicologia; Especialização em atividades Física e Saúde; Graduação em Educação Física	Corporeidade e Expressão; Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Educ. Física I e II TCC I	Pedagogia Letras Matemática
03	Ângelo Gustavo Mendes Costa	Doutor em Ensino de Ciências e Matemática; Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Educação Matemática; Graduação em Matemática;	Álgebra Linear I e II; Geometria I e II, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral I e II, Pesquisa na Prática Pedagógica I TCC I	Matemática Pedagogia
04	Anne Charlyenne Saraiva Campos	Mestrado em Música Especialização em Educação Musical na Educ. Básica Especialização em EJA Graduação em Música e Pedagogia	Atelier de Estudos Culturais Fundamentos Teóricos metodológico do Ens. De Arte I e II TCC I Saberes e práticas do ens. de Arte na EJA	Pedagogia Esp. EJA

05	Arandi Robson Martins Câmara	Doutorado em Educação; Mestrado em Estudos da Linguagem; Graduação em Letras	Leitura e Produção de Texto I, II e III; Teoria da Literatura I e II, LLP I, LLP II, LLP III, ALF e Letramento I, ALF II, Fundamentos Teóricos e metodológicos do ensino da Língua Portug. I e II Avaliação de textos Coordenador do CAP -Comitê de Avaliação de Projetos	Letras Pedagogia Esp. Ling. Port.
06	Christine Meyrelles Felipe da Fonseca	Mestrado em Ciências da Educação; Graduação em Pedagogia	Coordenação Pedagógica, Educação Infantil I, TCC I; Pesquisa e Prática Pedagógica I e II	Pedagogia
07	Dayane Chianca de Moura	Doutorado em Química; Mestrado em Química; Graduação em Química e Pedagogia	Fundamentos de Química; MTC Prática Pedagógica I, II e III Fundamentos Teóricos e metodológicos do Ensino de Ciências	Matemática Pedagogia
08	Denilton Silveira de Oliveira	Doutor em Ciências da Educação; Mestrado em Educação; MBA em Gestão de Governo; Esp. Em Gestão de Tecnologias; Esp. Em Telemática Aplicada a Educação; Graduação em Educação Física; Bacharel em Sistema da Informação;	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – Prática Pedagógica I – VIII, Estágio Curricular Supervisionado; TCC	Matemática Pedagogia Letras
09	Denise Caballero da Silva	Doutoranda em Ciências da Educação; Mestrado em Ciências da Educação; Graduação em Pedagogia e Ciências Sociais	Coordenação Pedagógica; Estágio Curricular Supervisionado; Introdução à Pedagogia; Organização da Educação Básica-OEB; TCC Saúde e cuidados essenciais com a Criança	Pedagogia Esp. Em Ed. Infantil
10	Elizângela Ribeiro de O. Cabral	Doutoranda em Ciências da Educação; Mestrado em Educação; Graduação em Ciências Biológicas; Especialista	Pesquisa e Prática Pedagógica; Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Ciências I e II; Educação e Sexualidade; Coordenadora do Curso de Educação Ambiental	Pedagogia Esp. Educ. Ambiental
11	Erica Poliana Nunes de Souza Cunha	Doutoranda em Estudos da Linguagem; Mestrado em Estudos da Linguagem; Graduação em Letras	Leitura e Produção de Textos; LPT II; LPT III; LING I; LING II; LING III; ALF I; ALF II; FTMELP I; FTMELP II; Prática Pedagógica I II e II; Estudos do Letramento; Práticas de Linguagens	Pedagogia Letras Esp. Líng. Port.
12	Evanir de Oliveira Pinheiro	Doutorado em Educação; Mestrado em Educação; Graduação em Artes	Ateliê de Estudos Culturais; Atividades diversificadas; Fundamentos teórico metodológico do Ens. de Arte I e II	Pedagogia
13	Francisca Katarina Medeiros de Oliveira	Especialista em Libras e em Educação Especial; Graduação em Letras-Português e Libras	Língua Brasileira de Sinais I e II; Noções de Libras; Produção de textos; TCC I	Pedagogia Matemática Letras
14	Frederico Affonso de Araújo Medeiros	Mestrado em Educação; Especialização em Filosofia no ensino Médio; Graduação em Filosofia	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação I; Direitos Humanos e Diversidade; Seminário Integrador; TCC I	Pedagogia

15	Gilmar Félix da Silva	Especialista em Gestão Educacional; Graduação em Artes	Atividades Diversificadas I e II; Atelier de Estudos Culturais I e II; Fundamentos Teórico-Metod. do Ens. de Artes I	Matemática Pedagogia
16	Inete Porpino de Paiva	Doutorado em Ciências Sociais; Mestrado em Ciências Sociais; Graduação em História	Educação Sociedade e Cultura I e II; Direitos Humanos e Diversidade; Coordenadora Curso Esp. em EJA; Educação Sociedade e Cultura; Educação Especial	Pedagogia Matemática Esp. em EJA
17	Ilsa Fernandes de Queiróz	Mestrado em Ciências Sociais; Graduação em Ciências Sociais	Educação Sociedade e Cultura I e II; Direitos Humanos e Diversidade	Pedagogia
18	José Damião Souza de Oliveira	Doutorando em Ensino da Ciências Naturais e Matemática; Mestrado Ensino da Ciências Naturais e Matemática; Graduação em Matemática	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Matemática I e II; Fundamentos da Matemática I, II e III; Álgebra Básica; Geometria I e II; Geometria Analítica; Cálculo Diferencial e Integral I e II; Álgebra Linear I e II Ensino da Matemática na EJA	Pedagogia Matemática Esp. EJA
19	José Paulino Filho	Doutorado em Ciências da Educação; Mestrado em Educação; Graduação em Matemática	Didática do Ensino da Matemática I e II; Iniciação a Pesquisa, Prática Pedagógica	Matemática
20	Lidemberg Rocha de Oliveira	Doutorado em Estudos da Linguagem; Mestrado em Estudos da Linguagem; Graduação em Letras	LPT I, LPT II, LPT III, LING I, LING II, LING III, ALF I, ALF II, FTMELP I, FTMELP II; Morfossintaxe I e II; PP IV e V; Tópicos de Análise de Discurso; TCC; Estágio Curricular Supervisionado; Leitura e Produção de Textos I e II; Coordenador do Curso de Especialização em Líng. Portuguesa;	Letras, Pedagogia Matemática Esp. Língua Portuguesa
21	Liédja Lira da Silva Cunha	Doutorado em Ciências da Educação; Mestrado em Estudos da Linguagem; Graduação em Letras	LPT I, LPT II, LPT III, LING I, LING II, LING III, ALF I, ALF II, FTMELP I, FTMELP II; Semiótica; Filologia; Seminário Temático Integrador; TCC; Leitura e Produção de Textos I e II; Alfabetização e Letramento I e II; Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras	Pedagogia Letras Esp. Mat, ELP, Ed. Amb, EI, Líng. Portuguesa
22	Liz Araújo Lima	Mestrado em Educação Graduação em Pedagogia	História da Educação, Pesquisa e Prática Pedagógica Educação de Jovens e Adultos	Pedagogia Esp. EJA
23	Lorena Gadelha de Freitas Brito	Doutoranda em Ensino da Ciências Naturais e Matemática; Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática; Graduação em Química, Matemática e Pedagogia	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Matemática I e II; Pesquisa e Prática Pedagógica I, II, III e IV, V e VI; Metodologia do Trabalho Científico; Fundamentos de Química; Estágio Curricular Supervisionado; O Lúdico na matemática; TCC; Atelier de Pesquisa I; Instrumentalização para o Ensino de Matemática	Pedagogia Matemática Esp. Em Educação Matemática
24	Márcio de Assis Fabrício	Especialista em Filosofia; Graduação em Filosofia	Fundamentos Históricos-Filosóficos da Educação I e II; Pesquisa e Prática Pedagógica	Pedagogia Matemática Letras

			<i>Fundamentos Históricos-Filosóficos da Educ. I e II;</i>	
25	<i>Maria Aparecida de Almeida Rêgo</i>	<i>Doutorado em Estudos da Linguagem; Mestrado em Estudos da Linguagem; Graduação em Letras</i>	<i>Leitura e Produção de Texto I, II e III; Alfabetização e letramento; Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ens. da Língua Portuguesa I e II; Teoria da Literatura I e II; Linguística I, II e III, Literaturas de Línguas Portuguesa I, II e III, Didática do Ensino da Língua Portuguesa e respectivas Literaturas I e II; Estágio Curricular I, II e III; Leitura e Produção de Texto I e II; Atelier de Pesquisa I e II; Coordenadora do NEPE – Núcleo de Ens. Pesquisa e Extensão;</i>	<i>Pedagogia Letras Esp. EM, LP e Edu. Inf.</i>
26	<i>Maria das Neves de Medeiros</i>	<i>Mestrado em Educação Graduação em Pedagogia e Ciências Sociais Graduação em Ciências Sociais</i>	<i>Didática Geral; Introdução á Pedagogia, Organização da Educação Brasileira; Coordenação Pedagógica, Educação de Jovens e Adultos; Direitos Humanos e Diversidade, Estágio Curricular Supervisionado</i>	
27	<i>Maria Rosalye Lira de O. Félix</i>	<i>Especialista em Educação Sexual; Graduação em Letras</i>	<i>Leitura e Produção de Texto I, II, III; Teoria da Literatura I e III; Fundamentos Teóricos e metodológicos do ensino da Ling. Portuguesa I e II; Teoria da Literatura I e II, LLP I, LLP II, LLP III, ALF I, ALF II.</i>	<i>Pedagogia Letras Matemática Esp. EJA</i>
28	<i>Maria das Vitórias F. de Rocha Cavalcanti</i>	<i>Doutorado em Ciências Sociais; Mestrado em Ciências Sociais; Graduação em Pedagogia</i>	<i>Currículo Teoria e Prática; Metodologia do Trabalho Científico; Pesquisa e Prática Pedagógica; Estágio Curricular Supervisionado</i>	<i>Pedagogia</i>
29	<i>Maria Tereza Penha de A. Silva</i>	<i>Mestrado em Ciências Sociais; Graduação em Psicologia</i>	<i>Psicologia da Educação; Aprendizagem e Desenvolvimento; Noções de Libras; TCC; Org. das Inst. de Ed. Infantil (OIEI);</i>	<i>Pedagogia Esp. Edu. Infantil</i>
30	<i>Mariza Silva de Araújo</i>	<i>Doutorado em Educação; Mestrado em Ciências Sociais; Graduação em História</i>	<i>História da Educação; Hist. E Pol. da Ed. Infantil no Brasil; TCC;</i>	<i>Pedagogia Esp. Edu. Infantil</i>
31	<i>Nedinaldo Dantas dos Santos</i>	<i>Doutorado em Ciências da Saúde Mestrado em Ciências Biológicas Graduação em Biologia, Matemática e Pedagogia</i>	<i>Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Ciências I e II; Fundamentos da Física; Prática Pedagógica I, II e III; Matemática Comercial e Financeira;</i>	<i>Pedagogia Matemática Esp. EA</i>
32	<i>Paulo Roberto Lima de Souza</i>	<i>Doutorado em Educação Mestrado em Educação Graduação em Pedagogia</i>	<i>Organização da Educação Básica; Introdução a Pedagogia; Didática Geral</i>	<i>Pedagogia</i>
33	<i>Rafael da Silva Pereira Rosseno</i>	<i>Doutorando em Educação; Mestrado em Educação Graduação em Geografia, Pedagogia e Educação Física</i>	<i>Organização da Educação Básica; Gestão Educacional, Fundamentos teórico metodológico do ensino de Geografia I e II, Estágio Curricular Supervisionado; TCC</i>	<i>Pedagogia</i>

34	Regina Lúcia Alves Costa	Doutoranda em Educação; Mestrado em Educação; Especialista tecnologias educacionais; Graduação em Pedagogia	Introdução a Pedagogia, Didática Geral; Estágio Curricular Supervisionado; Tecnologias Digitais da Inform. e Comunicação; Fundamentos da Ed. à Distância; TCC; Letramento Digital	Pedagogia Matemática Letras; Esp. em ELP, EM e EA
35	Robson de Oliveira Santos	Mestrado em Ens. de Ciências Naturais e Matemática Graduação em Matemática	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Matemática I e II; Fundamentos da Estatística; Matemática Básica; Fundamentos da Matemática I e II; Matemática Geral I e II; Estágio Curricular Supervisionado; Fundamentos Epistemológicos da Matemática; TCC; Letramento Estatístico	Pedagogia Matemática Esp. Matemática
36	Rodrigo Wantuir Alves De Araújo	Doutorado em Educação; Mestrado em Educação; Graduação em Pedagogia e História	História da Educação, Estágio Curricular Supervisionado; TCC	Pedagogia
37	Rozicleide Bezerra de Carvalho	Doutorado em Educação Mestrado em Educação Graduação em Ciências Biológicas	Educação Ambiental; PPP I, II, III, IV e V; Estágio Supervisionado IV; Seminário Integrado I; Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Ciências; TCC; Metodologia do Trabalho Científico; Iniciação à Pesquisa I e II; Ateliê de Pesquisa I e II; Projeto Pedagógico e Currículo na Educação Infantil	Pedagogia Letras Matemática Esp. EI
38	Sayonara Fernandes da Silva	Doutorado em Educação Mestrado em Educação Graduação em Letras e Pedagogia	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil I e II, TCC	Pedagogia Letras Matemática
39	Tereza Cristina B. da Câmara	Mestrado em Educação Graduação em Educação Física	Corporeidade e Educação	Pedagogia Letras Matemática
40	Valkley Xavier T. de Holanda	Mestrado em Educação Graduação em História	História da Educação Brasileira	Pedagogia Letras Matemática
41	Waldelúcia Palhares de Souza	Especialista em Educação Graduação em Pedagogia	História da Educação, PPP I, II, III, Psicologia da Educação; TCC	Pedagogia
42	Wguineuma Pereira A. Cardoso	Mestrado e Doutorado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática; Graduação em Licenciatura em Matemática e graduação em Pedagogia	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino Da Matemática I e II; Introdução à Lógica; História da Educação Matemática; Instrumentação para o Ensino da Matemática; Matemática Geral I e II; TCC; Fundamentos Epistemológico da Matemática/ Ensino da Mat. na Ed. Infantil	Pedagogia Matemática Esp. Matem. e EI
43	William de Macêdo Virgílio	Mestrado em Educação; Graduação em Filosofia	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação I e II, Educação Sociedade e Cultura I e II	Pedagogia

2.10 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo do IFESP é composto, em sua maioria por servidores da Rede Estadual que ingressaram mediante concurso público, cedidos ao IFESP. É formado por um total de 13 (treze) servidores, sendo que um deles atua na condição de cargo comissionado. Ressalta-se ainda que todos esses profissionais são graduados, sendo que 10 (dez) tem pós-graduação, dentre estes, 9 (nove) *Latu Senso* e 1 (um) *Stricto Senso*. Abaixo, apresenta-se o quadro descritivo com a composição do corpo técnico-administrativo do IFESP.

Nº	NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1	Ana Lúcia Ferreira Davim	124.275-0	Professora Permanente Nível-IV/F- Auxiliar da Sala de leitura Chefe da Biblioteca Crisan Siminea	Formação Pedagógica de Professor para a Educ. Básica Graduação: Licenciatura em Normal Superior Bacharel em Biblioteconomia
2	Ana Maria Cavalcanti de Morais	87.860-0	Assistente Administrativo GNM II NG B – Auxiliar de Secretaria Secretária do NEPE	Pós-graduação: Especialização em Gestão de Políticas Públicas Graduação: Pedagogia - Licenciatura Graduação em Gestão Pública
3	Francisca Daise Galvão Freire	105.573-9	Professor Permanente Nível- V/H-Assessor Administrativo Auxiliar da secretaria do NEPE	Doutoranda em Educação; Mestre em Educação PPGED- UFRN Graduação em História – Bacharelado e Licenciatura
4	Irismar Soares da Cruz	125.412-0	Auxiliar de Infraestrutura GN II- B – Assistente Administrativo Auxiliar do Registro Acadêmico Membro da Comissão de Controle Interno - CCI	Pós Graduação: Especialização em Gestão de Processos Educacionais Graduação em Pedagogia - Licenciatura
5	Jane Cleide Silveira de Oliveira	125.305-0	Professor Permanente Nível III/G-Assessor Administrativo Auxiliar da secretaria do NEPE	Graduação: Licenciatura em Pedagogia
6	Jaqueline Araújo dos Santos	101.293-2	Analista Administrativo GNS III/B I – Assessor Administrativo Chefe do Registro Acadêmico	Pós-graduação: Especialização em Gestão de Processos Educacionais Graduação em Pedagogia - Licenciatura
7	Jorge Eduardo da Fonsêca	124.611-9	Auxiliar de Infraestrutura GNO III/NG B – Auxiliar Administrativo	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduação: Cursando

			<i>Auxiliar do Registro Acadêmico</i>	
8	<i>José Alves da Silva</i>	<i>118.941-7</i>	<i>ASG/1 – Auxiliar de Secretária Auxiliar da secretaria do NEPE Membro da CCI</i>	<i>Pós-graduação: Especialização em Gestão de Processos Educacionais Pós-graduado História - Formação de Professor Graduação em Pedagogia – Licenciatura Graduação em Geografia</i>
9	<i>José Alves do Nascimento Sobrinho</i>	<i>47.523-8</i>	<i>Professor Permanente Nível-III/H-Auxiliar Administrativo Auxiliar do Registro Acadêmico</i>	<i>Pós-graduação: Especialização em Gestão de Processos Educacionais Graduação em Pedagogia - Licenciatura</i>
10	<i>Maria Elielba Chacon</i>	<i>119-368-6</i>	<i>Assistente Administrativo GNM II/NG B – Auxiliar de Secretária Secretária dos cursos de graduação Membro da Comissão Própria de Avaliação - CPA</i>	<i>Pós-graduação: Especialização em Gestão de Processos Educacionais Graduação em Pedagogia - Licenciatura</i>
11	<i>Maria Lúcia de Medeiros Farias</i>	<i>47.875-0</i>	<i>Professor Permanente Nível-IV/E- Aux. da Sala de Leitura Auxiliar da Biblioteca</i>	<i>Pós-graduação: Especialização em Linguagens e Educação Graduação em Pedagogia - Licenciatura</i>
12	<i>Michelle Bezerra de Oliveira</i>	<i>122.515-4</i>	<i>Auxiliar de Infraestrutura GNO II/NG B – Auxiliar Administrativo Auxiliar da Coordenação Administrativa</i>	<i>Graduação: Tecnólogo em Recursos Humanos</i>
13	<i>Rosana Maria Madureira Dantas Melo</i>	<i>12.186-0</i>	<i>CGAPP –Chefe de Grupo Auxiliar/1- Chefe Auxiliar de Pessoal</i>	<i>Bacharel em Ciências Contábeis</i>

2.11 CORPO DISCENTE

O corpo discente do IFESP é constituído por discentes dos cursos de graduação regulares (1ª e 2ª Licenciatura), programas formativos (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR), cursos de pós-graduação e de ações de extensão.

A principal forma de acesso dos estudantes ao ensino de graduação do IFESP se dá mediante processo seletivo simplificado podendo concorrer Profissionais vinculados à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC), os egressos do curso Normal de Nível Médio (Magistério) da rede pública de ensino, os egressos da Modalidade Educação de Jovens e Adultos da rede pública estadual de ensino

e egressos do complexo Kennedy (Escola Estadual Edgard Barbosa), servidores públicos estaduais e os egressos do nível médio que atuam como educadores sociais em projetos/programas educativos de iniciativa ou com chancela do poder público.

Para o ensino de Pós-Graduação, o acesso se dá mediante uma carta de intenção, podendo concorrer Profissionais vinculados à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC), e egressos dos cursos de graduação do IFESP. Os cursos de Pós-Graduação lato sensu também poderão ser oferecidos de forma exclusiva pela Instituição, e/ou através de parcerias e convênios com outras Instituições, e/ou no atendimento de demanda governamental ou da sociedade, em editais e programas especiais.

A Extensão no IFESP é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar relações transformadoras entre a instituição e a sociedade, permitindo novas criações, socializações e mudanças recíprocas, com o envolvimento e inserção de alunos, professores e técnico-administrativos e comunidade, em experiências reais, junto a diferentes grupos e populações que com elas interagem.

No que diz respeito a graduação o Instituto atualmente atende a 22 turmas de graduação, sendo 4 turmas dos cursos de Letras (1ª e 2ª licenciaturas), 14 turmas de Pedagogia, 3 turmas do curso de Matemática (1ª e 2ª licenciaturas), incluindo uma (1) turma do curso (Licenciatura em Educação do Campo, pelo Programa Nacional de Fomento a Equidade na Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR-EQUIDADE), aprovado em dezembro de 2023, com inserção de alunos no 2º semestre/2024), totalizando um número de 435 alunos matriculados.

Na pós-graduação, o IFESP atende a 09 turmas de pós-graduação, nos cursos de especialização em Educação de Jovens e Adultos: saberes e práticas na formação docente, Ensino de Língua Portuguesa, Educação Ambiental, Educação Matemática: Teoria e Prática nos anos iniciais do ensino fundamental, Educação Matemática para o ensino fundamental (anos finais) e ensino médio, Gestão de Processos Educacionais, Educação Infantil, somando um total de 191 alunos matriculados.

Os cursos de graduações são ofertados anualmente com 99 vagas para o curso de Licenciatura em Pedagogia, 66 vagas para o curso de Licenciatura em Matemática (sendo 33 para a 1ª licenciatura e 33 para a 2ª licenciatura) e 66 vagas para o curso de Licenciatura em Letras (sendo 33 para a 1ª licenciatura e 33 para a 2ª licenciatura).



Somando-se os alunos da graduação com alunos da pós-graduação, perfaz um total de 626 alunos matriculados, que são oriundos em sua maioria da cidade de Natal/RN e da grande Natal. Também atendemos a demanda de formação advindas dos municípios de Bento Fernandes, Brejinho, Bom Jesus, Canguaretama, João Câmara, Lagoa de Pedra, Lagoa Salgada, Santo Antônio do Salto da Onça, Parazinho, Ceará-Mirim, Goianinha, Macaíba, Maxaranguape/Maracajaú, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibú e outros municípios que compõem o RN.

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

3.1 POLÍTICA DE ENSINO

A política de ensino contempla o ensino de graduação e de pós-graduação.

3.1.1 Política de Ensino de Graduação

O ensino de Graduação do IFESP está pautado em concepções pedagógicas, políticas e filosóficas que visam à oferta de uma formação qualificada, ética e cidadã. Nessa direção, o Instituto tem buscado organizar suas propostas curriculares associando as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais-DCN às demandas da sociedade à qual os formandos se dirigem, observado o aparato normativo do sistema educacional mencionado, pela Resolução CNE/CP nº 04 de 29/05/2024 e demais legislações, como Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB, Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), e outros.

A política do ensino de graduação para o período 2025-2030 deverá contemplar práticas pedagógicas alinhadas com o atual perfil do estudante, considerando, a mobilização de conhecimentos científicos, pedagógicos, estéticos, ético-políticos e conteúdos que agregam temáticas relacionadas à Política de Educação Ambiental, Sustentabilidade Socioambiental, Educação em Direitos Humanos, Diversidades Étnico-Racial, de Gênero, Sexual, Religiosa, de Faixa Geracional e Educação Especial.

O IFESP busca redimensionar as estratégias do processo ensino-aprendizagem por meio da construção de novos itinerários formativos, com a incorporação de princípios como a flexibilidade, a interdisciplinaridade de modo a proporcionar oportunidades diferenciadas de integralização curricular.

Na formação busca-se a construção de um repertório teórico e prático, observando a dinâmica da sociedade e as demandas do mundo do trabalho, contemplando a implementação de matrizes curriculares inovadoras. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFESP pautam-se na flexibilização curricular, adequação da carga horária dos cursos,

articulação com a extensão e a pesquisa, oferta de disciplinas que incorporam o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação.

Durante o período de formação, o aluno vivencia a prática desde o início do curso, o trabalho em equipe e o Estágio Curricular Supervisionado, de modo a adquirir a experiência necessária para o exercício da docência e a capacidade de participar de modo ativo e crítico nos processos de inovação educacional concernentes à profissão docente.

Nesse sentido, a política de ensino deve contemplar as seguintes Diretrizes com suas respectivas Metas e Ações:

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZES	
01	<i>Melhoria da qualidade de ensino e de gestão e ampliação da oferta dos cursos de graduação.</i>
02	<i>Consolidação de política de acesso e permanência de discentes nos cursos de graduação.</i>
03	<i>Fortalecimento da política de inclusão no ensino da graduação, considerando a autonomia dos colegiados dos cursos.</i>

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1
<i>Melhoria da qualidade de ensino e de gestão e ampliação da oferta dos cursos de graduação</i>
METAS
<i>A) Manter ativo os Colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos em busca da atualização e melhoria deles.</i>
<i>B) Normatizar e atualizar a legislação interna em aspectos que visem à melhoria do funcionamento dos cursos de graduação e dos processos de gestão acadêmica.</i>
<i>C) Criar mecanismos de acompanhamento sistemático ao egresso no intuito de contribuir com o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos dos cursos.</i>
<i>D) Considerar os resultados das avaliações institucionais, observando os elementos que deverão ser ressignificados para a melhoria da qualidade dos cursos.</i>
<i>E) Consolidar a curricularização da extensão nos projetos dos cursos.</i>
<i>F) Promover a revisão da documentação normativa e a digitalização do acervo do Registro Acadêmico (RA).</i>
<i>G) Atualizar o acervo físico-digital, bem como os sistemas de acesso da biblioteca.</i>
<i>H) Manter atualizados os projetos de cursos, contemplando em suas ementas as políticas de inclusão e sustentabilidade.</i>
<i>I) Criar o Curso de Formação Pedagógica para atender a demanda de professores não licenciados.</i>

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<i>A1) Atualização e ressignificação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação pautada na flexibilização e na inclusão.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>A2) Estímulo à articulação entre os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, de modo a fortalecer os vínculos entre o IFESP e os sistemas estadual e municipais de ensino</i>	X	X	X	X	X	

B1) Criar grupo de estudos objetivando a normatização e atualização acerca da legislação de graduação.	X	X	X	X	X	X
B2) Fortalecer o estágio curricular supervisionado obrigatório, como componente curricular com papel relevante na formação profissional;	X	X	X	X	X	X
C1) Criar instrumentos de acompanhamento do egresso.	X	X				
D1) Criar mecanismos para a melhorar metodologias de ensino, conteúdos e avaliação dos cursos.	X	X	X	X	X	X
E1) Desenvolver a curricularização da extensão, através da sistematização do planejamento, do registro das atividades e autoavaliação continuada.	X	X	X	X	X	X
F1) Promover a revisão normativa e a digitalização do acervo do Registro Acadêmico.	X	X	X			
G1) Atualizar o acervo e a normatização do sistema integrado de bibliotecas	X	X	X			
H1) Atualizar os projetos dos cursos e suas respectivas ementas.	X	X	X	X	X	X
I) Elaborar o Projeto do Curso de Formação Pedagógica para atender a demanda de professores não licenciados	X	X				

DIRETRIZ 2

Consolidação de política de acesso e permanência de discentes nos cursos de graduação.

METAS

- A) Manter e aprimorar o sistema de ingresso para discentes procedentes das diversas instâncias (Profissionais vinculados à SEEC/RN, egressos do ensino Médio (Magistério) da rede pública de ensino, servidores públicos estaduais e os egressos do nível médio que atuam como educadores sociais em projetos/programas educativos de iniciativa pública ou com chancela do poder público.
- B) Ampliar o ingresso para discentes procedentes de ensino médio (Magistério, EJA e outras modalidades), da rede pública e outras redes de ensino.
- C) Diminuir os índices de abandono, retenção (trancamento) e repetência.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Promover seleção anual para ingresso de discentes dos cursos	X	X	X	X	X	X
B1) Atualizar o regimento e outros documentos normativos da instituição para mudança do perfil do ingressante.	X	X	X	X	X	X
C1) Montar estratégias, objetivando diminuir os índices de abandono, retenção e repetência nos cursos de graduações.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 3

Fortalecimento da política de inclusão no ensino da graduação, considerando a autonomia dos colegiados dos cursos.

META

A) <i>Ampliar a política de inclusão referendada pelo Plano de Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI que contemple (negros, pardos, Lgbtqiapn+, e outros)</i>						
AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) <i>Incluir nos Projetos dos Cursos a política de cotas.</i>		X				
A2) <i>Incluir nos Editais de seleção de novas turmas a política de cotas.</i>		X	X	X	X	X

3.1.2 Política de Ensino de Pós-Graduação

Os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP- destinam-se a portadores de diploma de nível superior, tendo por finalidade ofertar formação continuada com o objetivo de ampliar conhecimentos teórico-metodológicos, formando especialistas em setores específicos das atividades acadêmicas e profissionais.

O primeiro processo seletivo para ingresso nos cursos de Pós-graduação foi realizado em fevereiro de 2008, no qual foram oferecidos os seguintes cursos: Especialização em Educação Infantil, Educação Ambiental, Gestão de Processos Educacionais, Educação Matemática para o Ensino Fundamental (anos iniciais) e médio e o de Educação Matemática: Teoria e Prática no Ensino Fundamental. Ressalta-se que, em 2009, o Curso de Educação Ambiental foi reestruturado passando a denominar-se Curso de Especialização Educação Ambiental e Patrimonial (atualmente denominado Curso de Especialização Educação Ambiental). Nesse ano também foi criado o Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e o Curso de Educação de Jovens de Adultos.

A pós-graduação do IFESP, tem mais de 16 anos de existência, e durante esse período já atendeu um número total superior a 1000 especialistas para atuar nas referidas áreas de conhecimento que compõem tanto o Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte quanto aos Sistemas Educacionais Municipais do Estado. A Instituição expediu 342 (trezentos e quarenta e dois) Certificados de Aperfeiçoamento, além de inúmeros certificados de ações de extensão, ofertados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão – NEPE, destinados a um público-alvo de profissionais do setor público estadual e municipal e da comunidade em geral, oriundos de Natal/RN, grande Natal e outros municípios do RN.

O Instituto Kennedy, já formou parcerias com outras Instituições, haja visto ter ofertado outros Cursos para atender as necessidades contextuais da sociedade, por exemplo, os seguintes Cursos de Pós-graduação *Latu Sensu*:

- Especialização em Educação Sexual em convênio com a UFRN e Fundo de População das Nações Unidas – FNUAP.
- Especialização de Educação de Jovens e Adultos com Ênfase no Sistema Prisional, em parceria com o CAPES/MEC (formando 82 Especialistas), no ano de 2013.
- Especialização em Gestão de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho, em parceria com a Escola de Governo – SEAD, (formando 38 Especialistas), no ano de 2020.

Os Cursos de Especialização, no IFESP, buscam atender a formação continuada dos docentes da rede pública do RN, egressos do IFESP e professores que atuam no Complexo Educacional Kennedy (Escola Estadual Presidente Kennedy, Escola Estadual Edgar Barbosa, Escola Estadual Manoel Vilaça, Escola Estadual Joaquim Torres), promovendo a articulação entre os segmentos do ensino, a pesquisa e extensão, com vista à melhoria do processo de ensino e aprendizagem das diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, visando atender às necessidades da sociedade quanto à formação de recursos humanos altamente qualificados e à produção científica, avançar na pós-graduação é um compromisso e responsabilidade do IFESP e seus desafios convergem para a articulação de estratégias que assegurem seu crescimento qualitativo e sua ampliação sustentável. Ademais, deve-se considerar que as transformações sociais e econômicas decorrentes dos avanços tecnológicos exigem maior flexibilidade nos modelos de formação, valorização da interdisciplinaridade e produção de conhecimento associada ao processo de formação.

Assim sendo, o projeto institucional do IFESP contempla, para os próximos 06 anos, as seguintes Diretrizes e respectivas Metas e ações:

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

Nº	DIRETRIZES
01	<i>Ampliação qualitativa e quantitativa dos cursos de pós-graduação lato sensu e criação de cursos de pós-graduação stricto sensu.</i>
02	<i>Ofertar regularmente cursos de pós-graduação lato sensu de qualidade, com ênfase na formação profissional continuada e nas demandas inerente à profissão docente, zelando para que observem a inserção de temáticas, tais como: sustentabilidade socioambiental, educação em direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e educação especial, conforme legislação vigente.</i>
03	<i>Consolidação da política de capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo em nível de pós-graduação stricto sensu.</i>

04

Fortalecimento da política de inclusão no ensino da pós-graduação, considerando a autonomia do colegiado dos cursos.

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1

Ampliação qualitativa e quantitativa dos cursos de pós-graduação lato sensu e criação de cursos de pós-graduação stricto sensu.

METAS

- A) Atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação lato sensu, na perspectiva da melhoria da qualidade dos cursos.
- B) Criação de novos cursos de pós-graduação lato sensu conforme demanda social.
- C) Renovação de cadastro de curso de pós-graduação stricto sensu na perspectiva da formação docente, conforme edital da CAPES/MEC.
- D) Criação de curso de pós-graduação stricto sensu profissionalizante na perspectiva da formação docente, conforme edital da CAPES/MEC.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Atualizar os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação lato sensu, em vista o atendimento às exigências contemporâneas.	X	X	X	X	X	X
A2) Estimular a produção acadêmica dos docentes e discentes dos cursos de pós-graduação, por meio de publicações e participação em eventos científicos.		X				
B1) Criar cursos de pós-graduação lato sensu, conforme demanda social e convênios com a SEEC e outros órgãos.	X	X	X	X	X	X
B2) Fortalecer a Política de Interiorização dos cursos de Pós-Graduação.			X		X	
C1) Renovar o cadastro de pós-graduação stricto sensu na perspectiva da formação docente, conforme edital da CAPES/MEC, aguardando sua aprovação.	X	X	X	X	X	X
D1) Criar curso de pós-graduação stricto sensu profissionalizante na perspectiva da formação docente, conforme edital da CAPES/MEC.	X	X	X			
D2) Incentivar a produção técnica e científica com publicação de artigos, livros, e e-books.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 2

Ofertar regularmente cursos de pós-graduação lato sensu de qualidade, com ênfase na formação profissional continuada e nas demandas inerente à profissão docente, zelando para que observem a inserção de temáticas, tais como: sustentabilidade socioambiental, educação em direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e educação especial, conforme legislação vigente.

METAS

A) Dar continuidade a oferta anual de vagas para docentes, técnicos-administrativos e servidores públicos em programas de pós-graduação lato sensu.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Ofertar cursos de pós-graduação lato sensu com entrada anual	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 3

Consolidação da política de capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo em nível de pós-graduação stricto sensu.

META

A) Dar continuidade a oferta anual de vagas para docentes e técnicos-administrativos em programas de pós-graduação stricto sensu da Instituição.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Estabelecer diretrizes para que os docentes e técnicos-administrativo possam realizar a formação continuada em nível de mestrado e doutorado.	X	X	X	X	X	X
A2) Reduzir a carga horária de trabalho dos docentes e técnicos-administrativos para a realização da formação continuada.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 4

Fortalecimento da política de inclusão no ensino da pós-graduação, considerando a autonomia dos colegiados dos cursos.

META

B) Ampliar a política de inclusão referendada pelo Plano de Afirmção e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI que contemple (negros, pardos, Lgbtqiapn+, e outros)

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Incluir nos Projetos dos Cursos a política de cotas.		X				
A2) Incluir nos Editais de seleção de novas turmas a política de cotas.		X	X	X	X	X

3.2 POLÍTICA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Em seus programas de ensino, o IFESP incentiva o desenvolvimento e a ampliação da pesquisa básica como alicerce para a produção do conhecimento. Nesse sentido, a instituição conta com 3 grupos de Pesquisas, aos quais se articulam as linhas de pesquisa que são formados pelos professores (as) formadores (as), Servidores Técnicos, Discentes e participantes externos, registrados no Diretório de Pesquisa da Plataforma Lattes do CNPq. As linhas de cada Grupo de Pesquisa aglutinam temas de estudos científicos que,

a partir da tradição investigativa, originam projetos cujos resultados apresentam afinidades entre si.

A estrutura de pesquisa do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy se constitui de:

3.2.1 Grupos e Linhas de Pesquisa

1. **GRUPO DE PESQUISA:** Linguagens, diversidade e autoformação.

1.1 **Linha de Pesquisa:** Interfaces entre língua(gens), literaturas, complexidade e autoformação humana na Educação Básica

2. **GRUPO DE PESQUISA:** Formação Docente: Memórias da Educação, Cultura Escolar e Políticas Públicas.

2.1 Linha de pesquisa: Cultura Escolar, Memórias da Educação e Narrativas autobiográficas.

2.2 Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Direitos Humanos e Diversidades

2.3 Linha de Pesquisa: Saberes e Práticas da Formação Docente

3. **GRUPO DE PESQUISA:** Formação Docente: Ciência, Linguagens e Tecnologias.

3.1 **Linhas de Pesquisa:** A metacognição no processo de ensino-aprendizagem na educação básica

3.2 **Linha de Pesquisa:** Profissionalização docente: ensino-aprendizagem, referenciais epistemológicos, sociais e políticos.

A inovação é um tema amplo e transversal; sua inclusão como política neste PDI concretiza uma ação institucional transformadora no contexto das atividades do Instituto. Principalmente no que diz respeito à pesquisa e sua contribuição para a formação docente. Esse caráter transversal deve ser entendido de forma abrangente, envolvendo o tripé ensino-pesquisa-extensão, além de auxiliar na atualização contínua das práticas de gestão. Dessa forma, a formação acadêmica de qualidade envolve a necessidade de reflexão contínua sobre as práticas de ensino, pesquisa e extensão frente aos novos desafios de uma sociedade cada vez mais digital e ao mesmo tempo com uma variedade de obstáculos de ordem social.

Assim, a reestruturação dos projetos dos cursos de graduação, de pós-graduação e os projetos associados aos grupos de pesquisas devem se consubstanciar balizadas em

uma perspectiva alinhada aos desafios das demandas atuais da formação docente de qualidade social.

Portanto, é preciso estimular a investigação, a criatividade e a inventividade, além de possibilitar uma aprendizagem ativa, interativa e autônoma, viabilizando a troca de conhecimentos e a colaboração entre os pares.

Nessa perspectiva, a incorporação de novas tecnologias no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem torna-se indispensável, desde que considere as contingências socioeconômicas e a realidade objetiva de docentes e de discentes, adotando a mediação didática e tecnológica de forma qualificada e inclusiva. O ambiente de inovação na Instituição tem sido fortalecido com o desenvolvimento de ações através de parcerias com instituições públicas e privadas.

A partir dessa realidade institucional, foram planejadas metas e ações a serem realizadas nos próximos 6 anos, que serão apresentadas a seguir.

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

Nº	DIRETRIZES
01	<i>Fortalecimento da pesquisa acadêmica e científica</i>
02	<i>Expansão da infraestrutura de laboratórios e inovação por meio da captação externa de recursos e investimento advindos da mantenedora e de agências de fomento à pesquisa.</i>

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1						
<i>Fortalecimento da pesquisa acadêmica e científica</i>						
METAS						
A) <i>Consolidação dos grupos de pesquisas existentes.</i>						
B) <i>Realização sistemática de estudos e seminários.</i>						
C) <i>Realização de eventos científicos contemplando ações de ensino e extensão.</i>						
D) <i>Ampliação do fomento a novos projetos de pesquisa e de inovação tecnológica</i>						
AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<i>A1) Manter atualizada no diretório acadêmico da CAPES e no NEPE os grupos de pesquisas existentes.</i>	X		X	X	X	X
<i>A2) Atualizar cadastro de docentes e discentes nas linhas dos grupos de pesquisas.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>A3) Incentivar a produção científica de discentes e docentes.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>B1) Sistematizar a realização de estudos dos grupos de pesquisas.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>B2) Realizar seminários de pesquisa anualmente.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>C1) Realizar a cada dois anos o Encontro Científico-pedagógico-ENCIPE.</i>		X		X		X
<i>D1) Publicar editais de chamada para novos projetos pelo menos a cada 2 anos.</i>		X		X		X

DIRETRIZ 2

Expansão da infraestrutura de laboratórios e inovação por meio da captação externa de recursos e investimento advindos da mantenedora e de agências de fomento à pesquisa.

METAS

A) Buscar captação de recursos financeiros por meio de convênios com o MEC, SEEC, FAPERN e outros órgãos para expansão da infraestrutura e de apoio a pesquisa e inovação.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Estabelecer parcerias com as instituições de apoio à pesquisa e inovação.	X	X	X	X	X	X
A2) Participar de Editais públicos.	X	X	X	X	X	X
A3) Otimizar e equipar os espaços destinados à pesquisa e inovação.	X	X	X	X	X	X

3.3 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A extensão no Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP) se estrutura como atividade orientada para promover a interação transformadora entre a Instituição e a sociedade, mediada por processos educativos, científicos, literários, artísticos e culturais. Busca articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, permitindo novas criações, socializações e mudanças recíprocas, com o envolvimento e inserção de alunos, professores, técnico-administrativos e demais participantes, em experiências reais, junto a diferentes grupos e populações que com elas interajam.

Os Objetivos das Atividades/Ações de Extensão

- **Articulação IES-Comunidade:** Facilitar a integração entre a instituição e a comunidade, promovendo o diálogo e a troca de saberes. Isso fortalece o vínculo social e melhora a compreensão mútua entre a academia e a sociedade.
- **Transferência de Conhecimento:** Levar o conhecimento produzido na Instituição para a prática social e profissional. Isso ajuda a resolver problemas locais e a atender demandas específicas da comunidade.
- **Formação e Capacitação:** Oferecer à comunidade oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, através de cursos e ações que complementam a formação acadêmica e profissional.

- **Desenvolvimento Social e Econômico:** Contribuir para o desenvolvimento social e econômico da região, através de projetos que visam a melhoria das condições de vida, geração de emprego e fomento à cultura local.
- **Responsabilidade Social:** Promover a responsabilidade social e o compromisso ético da instituição com a sociedade, reforçando o papel do IFESP como um agente de transformação e melhoria da qualidade de vida da comunidade.
- **Pesquisa Aplicada:** Estimular a pesquisa aplicada que visa resolver problemas concretos enfrentados pela comunidade, possibilitando que o conhecimento acadêmico tenha impacto direto e positivo na sociedade.
- **Valorização da Cultura e Cidadania:** Incentivar a valorização da cultura e o desenvolvimento da cidadania, através de atividades culturais, sociais e educacionais que promovam a participação ativa dos cidadãos.

A extensão no Instituto tem crescido consideravelmente nos últimos anos e está em plena sintonia com a sociedade, sempre se adequando às suas mudanças e necessidades, principalmente para atendimento na área de formação de professores, bem como ações junto à sociedade. Incluem-se nessas ações convênios com instituições públicas e privadas, contanto que contribuam para a formação de estudantes, comprometida com a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão e o fortalecimento da relação com a sociedade.

Em 2022 foi aprovado a resolução nº 01, de 20 de agosto de 2022 para a inclusão da curricularização da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. Isso ocorreu em consonância com a **Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018**, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que prevê no mínimo, dez por cento (10%) do total da carga horária curricular para a curricularização. Esta resolução não só atualizou as normas existentes, mas criou mecanismos e regras para os desafios da extensão no IFESP.

A partir dessa realidade institucional, foram planejadas metas e ações a serem realizadas nos próximos 6 anos, que serão apresentadas a seguir.

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

Nº	DIRETRIZES
01	<i>Ampliação da extensão como mediadora entre o IFESP e à sociedade.</i>
02	<i>Fortalecimento da política de extensão estruturada em planos e ações institucionais</i>

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1

Ampliação da extensão como mediadora entre o IFESP e à sociedade.

METAS

A) Fomentar ações de arte e de cultura integradas aos processos formativos, com vistas à preservação, à divulgação e à inovação de bens culturais, artísticos e literários que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

B) Fortalecer as ações de extensão para docentes das redes públicas de Ensino da Educação Básica.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<i>A1) Planejar semestralmente as ações de extensão para contribuir com desenvolvimento cultural da sociedade.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>A2) Realizar anualmente um evento (seminário ou encontro) e mostras de extensão do IFESP.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>B1) Estabelecer parcerias para o desenvolvimento de ações de extensão para os docentes das redes públicas de ensino.</i>	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 2

Fortalecimento da política de extensão estruturada em planos e ações institucionais

METAS

A) Consolidação da política de extensão com base nas normas estabelecidas nos documentos institucionais, em especial na resolução nº 1 de 20 de agosto de 2022.

B) Consolidação da curricularização da extensão, através da sistematização das ações nos componentes curriculares dos cursos.

C) Consolidação da política de extensão junto à coordenação de extensão/NEPE.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<i>A1) Incluir e registrar nos planos semestrais dos componentes curriculares específicos, as ações de extensão.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>B1) Desenvolver ações de extensão integradas aos projetos pedagógicos dos cursos, fortalecendo, no processo de formação, a vivência dos conhecimentos de modo integrado e interdisciplinar.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>C1) Registro das atividades e descrição dos planos e ações de atividades de extensão que serão desenvolvidas na instituição.</i>	X	X	X	X	X	X

3.4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O IFESP compromete-se com uma atuação articulada entre ensino, pesquisa e extensão, num percurso permeado pelo diálogo entre a comunidade estudantil, sempre em prol do acesso, da permanência e da aprendizagem.

O IFESP tem a função de coordenar, desenvolver, acompanhar e avaliar projetos e ações de educação, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, com foco na formação integral dos estudantes, de maneira humanizada e que priorize o desenvolvimento de uma trajetória acadêmica que alie aprendizagem, autonomia/protagonismo, liberdade, bem-estar biopsicossocial e reconhecimento da diversidade humana como fator integrante dos processos socioeducativos e, com isso, a defesa e ampliação do direito de todos à Educação.

Assim, torna-se fundamental o planejamento de uma política estudantil que garanta metas e ações a serem realizadas nos próximos 6 anos, que serão apresentadas a seguir.

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

Nº	DIRETRIZES
01	<i>Fortalecimento e ampliação da política de permanência dos estudantes de graduação e pós-graduação.</i>
02	<i>Promoção da integração entre os estudantes, do ponto de vista científico, cultural, artístico e literário.</i>
03	<i>Estabelecimento e ampliação de Convênios com agências de fomento ao ensino para Estágio Remunerado.</i>

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1						
<i>Fortalecimento e ampliação da política de permanência dos estudantes de graduação e pós-graduação.</i>						
METAS						
<i>A) Criar e ampliar programas e política de acesso e permanência ao estudante com vistas ao êxito acadêmico.</i>						
<i>B) Realizar acolhimento e contínuo acompanhamento do estudante de modo a torná-lo mais conhecedor do funcionamento da instituição.</i>						
AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<i>A1) Fortalecer o apoio aos estudantes com a disponibilização de ônibus para deslocamento ao final das aulas no turno noturno.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>A2) Estimular a participação dos estudantes nos editais de ações de pesquisa e extensão.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>B1) Consolidar as atividades de Acolhimento para os estudantes ingressantes.</i>		X	X	X	X	X

B2) Consolidar por meio das Coordenações de Cursos e NDEs o acompanhamento da vida estudantil para contribuir com a permanência dos estudantes.	X	X	X	X	X	X
B3) Solicitar à SEEC a seção de psicólogos para atendimento aos estudantes.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 2

Promoção da integração entre os estudantes, do ponto de vista científico, cultural, artístico e literário

METAS

A) Estimular a participação dos estudantes nos eventos da Instituição, visando a sua maior integração

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Apoiar a participação dos estudantes nos eventos acadêmicos institucionalizados.	X	X	X	X	X	X
A2) Estimular e fomentar a realização e o desenvolvimento de projetos culturais, artísticos e literários.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 3

Estabelecimento de Convênios com agências de fomento ao ensino para Estágio Remunerado.

METAS

A) Proporcionar a participação dos estudantes em Estágios Remunerados, oportunizando a experiência profissional e social, contribuindo para sua permanência na IES.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Fomentar a política de estágio não obrigatório através da articulação entre o IFESP e instituições públicas e privadas.	X	X	X	X	X	X

3.5 POLÍTICA DE INCLUSÃO

O debate acerca da inclusão e tratamento da diversidade ocupa posição de destaque dentre as políticas e ações do IFESP, sobretudo, no contexto histórico em que se encontra a sociedade brasileira no primeiro quadrante do século XXI, onde se busca uma sociedade mais aberta, ética, democrática e plural. Nesse sentido, há necessidade da inserção de todas as camadas e categorias sociais historicamente vulneráveis e excluídas.

Entende-se por inclusão o ato de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, tenham acesso igualitário a oportunidades, direitos e participação plena na sociedade. Envolve a criação de ambientes e sistemas que acolham e valorizem a diversidade, combatendo a exclusão e a discriminação, e de acordo com a nossa constituição Federal de 1988, na qual “estabelece a igualdade de direitos e a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República Federativa do Brasil” (Brasil, 1988, p.____).

Dentre os diversos tipos de inclusão pode-se destacar: Inclusão social; Inclusão educacional; Inclusão no mercado de trabalho; Inclusão Digital (Letramento Digital). Cabe ressaltar a importância da Inclusão nas suas mais diversas manifestações para promover uma sociedade mais justa e igualitária, combater a discriminação e o preconceito, valorizar a diversidade e o potencial de cada indivíduo e fortalecer a democracia e a cidadania.

Os aspectos relativos à inclusão dizem respeito ao acesso e participação, garantindo que todos possam participar ativamente da vida social, cultural, econômica e política, sem barreiras ou restrições; ao respeito à diversidade, reconhecendo e valorizando as diferenças individuais, sejam elas de origem étnica, gênero, orientação sexual, religião, deficiência, idade ou outras características; a equidade, oferecendo oportunidades e recursos adaptados às necessidades de cada pessoa, para que todos possam alcançar seu pleno potencial; ao pertencimento, criando um senso de comunidade e acolhimento, onde todos se sintam valorizados e respeitados; e a adaptação, promovendo adaptações em espaços, serviços e práticas para atender às necessidades de todos.

Atenta a essas novas demandas e alinhada às políticas regionais, nacionais e internacionais de valorização da diversidade, de inclusão de pessoas com deficiência, a instituição vem desenvolvendo suas ações pautadas nas normativas legais.

O IFESP concentra esforços pela equidade e qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, fortalecido pelo entendimento do fundamento da perspectiva de inclusão no âmbito da coletividade, promovendo ações que busquem a solidificação de sua política inclusiva, marcada pelo acesso de estudantes provenientes do ensino público, de estudantes com deficiência, a quebra de barreiras e a promoção da acessibilidade, bem como a discussão da diversidade, metas e ações abaixo reforçam seu compromisso social em consolidar política institucional que privilegia a inserção social.

Para efeito de garantia dos direitos à educação e considerando as especificidades e diversidades no universo da inclusão, a Instituição define dois campos de atuação, conforme a seguinte proposição: Inclusão e Diversidade na Perspectiva dos Direitos Humanos; e a Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva.

3.5.1 Inclusão e diversidade na perspectiva dos direitos humanos

Os Direitos Humanos, segundo a Organização das Nações Unidas, são inerentes a todos os seres humanos, independentemente de etnia, raça, gênero, sexo, religião ou

crenças, nacionalidade, idioma, ou qualquer outra condição. Dizem respeito ao direito à vida, à saúde, à educação, à liberdade, de opinião e expressão, ao trabalho, dentre outros. Mediante os múltiplos aspectos que compõem tais direitos, o IFESP respeita as pluralidades, as singularidades e a diversidade das manifestações e expressões presentes no contexto acadêmico.

A inclusão é um processo contínuo que exige o compromisso de todos para construir uma sociedade mais acolhedora e respeitosa. Atenta a essas novas demandas e alinhada às políticas internacionais, nacionais e regionais de valorização da diversidade e da inclusão, a instituição vem desenvolvendo suas ações pautadas nos seguintes documentos legais:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948.
- Lei Estadual nº 8.258/02, que dispôs sobre a reserva de 50% das vagas em todos os cursos de graduação do IFESP, para candidatos que tenham cursado todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012; e formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Em uma perspectiva inclusiva, o IFESP propõe diretrizes e ações no intuito de garantir o acesso e a permanência dos estudantes, preservando sua dignidade e seu direito à educação.

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

Nº	DIRETRIZES
1	<i>Estabelecimento de parcerias interinstitucionais com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços e ações visando a inclusão de grupos étnico-raciais, da diversidade de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional.</i>
2	<i>Desenvolvimento de ações inclusivas nas temáticas de Educação em Direitos Humanos, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e educação especial, que colaborem para o exercício da cidadania.</i>

- 3 Fomento à valorização das conquistas sociais dos grupos historicamente vulneráveis (negros, indígenas, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+ e pessoas de diferentes crenças religiosas).

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1

Estabelecimento de parcerias interinstitucionais com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços e ações visando a inclusão de grupos étnico raciais, da diversidade de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional.

METAS

- A) Firmar convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização de ações com vistas à inclusão de grupos socialmente vulneráveis.
B) Realizar e apoiar eventos que tratem das temáticas da inclusão e da diversidade.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Divulgar, na comunidade acadêmica, os convênios e as parcerias firmados com outras instituições	X	X	X	X	X	X
B1) Realizar, anualmente, pelo menos, um evento para discussão e socialização das experiências exitosas na área da inclusão e da diversidade.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 2

Desenvolvimento de ações inclusivas nas temáticas de Educação em Direitos Humanos, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e educação especial, que colaborem para o exercício da cidadania.

METAS

- A) Promover a formação continuada de gestores, docentes, técnicos administrativos e discentes, voltada para o fortalecimento da cultura para a diversidade.
B) Realizar e apoiar eventos com vistas à discussão e à socialização temáticas da inclusão e da diversidade.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Ofertar cursos de curta duração ou capacitação para a conscientização e compromisso com a educação para o respeito à diversidade.	X	X	X	X	X	X
A2) Ofertar cursos de formação de gestores, de educadores e técnicos administrativos para a Educação Inclusiva.	X	X	X	X	X	X
B1) Coordenar os trabalhos para a realização dos eventos com vistas à discussão e à socialização de estudos acerca do tratamento das diversidades e direitos humanos. B2) Produzir e divulgar materiais resultantes dos estudos realizados nos eventos.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 3

Fomento à valorização das conquistas sociais dos grupos historicamente vulneráveis (negros, indígenas, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+ e pessoas de diferentes crenças religiosas).

METAS

- A) Eliminar barreiras atitudinais, pedagógicas e de comunicação considerando a pluralidade e diversidade.

B) Incentivar a elaboração, criação e aprimoramento de núcleos/projetos de estudos, pesquisa, extensão, eventos e produção bibliográfica que abordem as temáticas: de gênero; de diferença geracional; de diversidade sexual; de valorização da história cultura de grupos étnico-raciais; de combate à intolerância religiosa, à violência e à discriminação contra as populações historicamente vulneráveis.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A) Realizar campanhas de sensibilização, objetivando a formação de atitudes coerentes, e responsáveis em relação ao respeito à diversidade e às pessoas historicamente vulneráveis.	X	X	X	X	X	X
B1) Incluir nos projetos pedagógicos dos cursos, ou acrescentar nos componentes curriculares temáticas voltados para as diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional.	X	X				
B2) Coordenar, em articulação com as unidades acadêmicas e administrativas, estudos e pesquisas sobre a história dos movimentos de grupos historicamente vulnerabilizados.	X	X	X	X	X	X
B3) Apoiar a criação de grupos, núcleos e projetos de pesquisa e de extensão que tratem das temáticas relacionadas às diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional.	X	X	X	X	X	X
B4) Organizar, em articulação com as unidades acadêmicas e administrativas, a publicação de produção bibliográfica e a realização de eventos que abordem as temáticas: de gênero; de diferença geracional; de diversidade sexual; de valorização da história e da cultura de grupos étnico-raciais; de combate à intolerância religiosa.	X	X	X	X	X	X

3.5.2 Educação especial em uma perspectiva inclusiva

A Educação Especial em uma perspectiva inclusiva se justifica por uma série de fatores que visam garantir o direito à educação de qualidade para todos, independentemente de suas diferenças. Essa abordagem busca romper com modelos segregacionistas e promover a construção de uma sociedade justa e igualitária. Algumas de suas justificativas são: o direito humano fundamental; o desenvolvimento integral; a superação de barreiras; a construção de uma sociedade inclusiva; e o atendimento às necessidades individuais.

Quanto à fundamentação legal para os garantia da Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva podemos destacar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, é o ponto de partida de onde as demais legislações encontram respaldo para as

questões inclusivas. Seguem os documentos que norteiam as diretrizes e ações para a inclusão de Pessoas Com Deficiência (PCD) e outras condições que demandam necessidades específicas de atenção, quanto aos seus direitos educacionais no contexto do IFESP:

- Declaração de Salamanca (Espanha - 1994), que trata dos princípios, política e prática em Educação Especial, adotada por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, para estabelecer procedimentos padrões com o objetivo de equalizar oportunidades para pessoas com deficiência, na perspectiva de defender a educação para todos.
- A legislação brasileira, como a Constituição Federal e a Lei Brasileira de Inclusão, garante o direito à educação inclusiva.
- A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta a organização dos sistemas de ensino nessa direção.
- Constituição Federal de 1988: que no seu artigo 205: A educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família; e no artigo 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015);
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008);
- Resolução CNE/CP nº. 02/2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação, que garante a inserção nos currículos dos cursos de licenciatura, dos conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, educação especial.
- Lei Estadual nº 9.696/2013, que determina a reserva 5% das vagas das Instituições de Ensino Superior - IES públicas estaduais do Rio Grande do Norte para pessoas com deficiência.

Em suma, a Educação Especial na perspectiva inclusiva é um paradigma educacional que busca garantir o direito à educação de qualidade para todos, valorizando a diversidade e promovendo a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. O IFESP propõe diretrizes e ações no intuito de garantir o acesso e a permanência dos estudantes, preservando sua dignidade e seu direito à educação.

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

Nº	DIRETRIZES
----	------------

1	<i>Acompanhamento do acesso, da permanência e da conclusão de curso dos estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.</i>
2	<i>Estabelecimento e renovação de parcerias interinstitucionais com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços e ações visando a inclusão das pessoas com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.</i>
3	<i>Desenvolvimento de ações inclusivas incluindo sensibilização e formação docente nas temáticas de Educação Especial que colaborem para o exercício da cidadania e dignidade dos estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.</i>
4	<i>Fomento à valorização dos laços sociais e conquista da dignidade da pessoa com deficiência.</i>

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1

Acompanhamento do acesso, da permanência e da conclusão de curso dos estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.

METAS

- A) *Adquirir equipamentos e materiais de acordo com as necessidades educacionais específicas.*
 B) *Captar recursos com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados aos discentes com deficiência.*
 C) *Criar o Núcleo de Apoio à Inclusão.*
 D) *Organizar um ambiente ou sala específica para o atendimento especializado aos estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.*

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<i>A1) Mapear as deficiências, no âmbito da Instituição, para a aquisição de equipamentos, de acordo com as necessidades educacionais específicas.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>A2) Realizar processos licitatórios para aquisição de equipamentos assistivos.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>A3) Manter atualizados os materiais necessários para a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas.</i>	X	X	X	X	X	X
<i>A4) Adquirir livros didáticos em braile, áudio e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)</i>	X	X	X	X		
<i>B1) Concorrer aos editais de órgãos de fomento para captar recursos para as ações inclusivas.</i>		X	X	X	X	X
<i>C1) Criar o Núcleo de Apoio a Pessoas com Deficiências e Diversidades, enfatizando a importância da formação continuada nestas temáticas.</i>	X					
<i>C2) Criar o Plano de Acompanhamento Individualizado (PAI) para pessoas com deficiência e altas habilidades.</i>	X	X				
<i>D1) Criar e Equipar laboratórios e salas de recursos multifuncionais</i>	X	X				

DIRETRIZ 2

Estabelecimento e renovação de parcerias interinstitucionais com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços e ações visando a inclusão das pessoas com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.

METAS

- A) *Firmar parcerias e convênios com instituições públicas e/ou privadas para o acolhimento e atendimento especializado às pessoas com deficiência e outras necessidades específicas.*
 B) *Realizar e apoiar eventos anuais e semestrais (internos e interinstitucionais) que tratem das temáticas da inclusão de pessoas com deficiências no âmbito acadêmico.*

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO
-------	--------------------

	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Divulgar, na comunidade acadêmica, os convênios e as parcerias firmados com outras instituições.	X	X	X	X	X	X
A2) Estabelecer um programa de parceria com o curso de Psicologia da UniRN para que seja viabilizado um trabalho de acolhimento, orientação e escuta das necessidades específicas dos estudantes.	X	X				
A3) Solicitar à SEEC um profissional capacitado/especializado em Educação Especial ou Psicopedagogia para atuar na sala de Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos Multifuncionais	X	X				
B1) Realizar, anualmente, pelo menos, um evento para discussão e socialização das experiências exitosas na área da inclusão.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 3

Desenvolvimento de ações inclusivas incluindo sensibilização e formação docente nas temáticas de Educação Especial que colaborem para o exercício da cidadania e dignidade dos estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.

METAS

A) Promover a formação continuada de gestores, docentes, técnicos administrativos e discentes, voltada para o atendimento especializado de pessoas com deficiência e para o fortalecimento da cultura para a diversidade.

B) Realizar seminários estaduais com vistas à discussão e à socialização de estudos acerca da inclusão de pessoas com deficiência.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Ofertar cursos para o aprendizado da comunicação do Sistema Braille, Ledor e de Libras.	X	X	X	X	X	X
A2) Assessorar os cursos em que pessoas com deficiência atuam como docentes ou como discentes.	X	X	X	X	X	X
A3) Promover periodicamente colóquios, seminários, cursos (entre outros) que contribuam para a conscientização e formação do corpo docente, gestores e técnicos em torno da Educação Especial.	X	X	X	X	X	X
B1) Coordenar os trabalhos para a realização dos eventos com vistas à discussão e à socialização de estudos acerca da inclusão de pessoas com deficiência.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 4

Fomento à valorização dos laços sociais e conquista da dignidade da pessoa com deficiência.

METAS

A) Ampliar vagas para pessoas com deficiência nos programas e cursos de graduação e pós-graduação.

B) Eliminar barreiras atitudinais, acadêmicas, culturais, arquitetônicas, tecnológicas, pedagógicas e de comunicação..

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030

A1) <i>Elaborar um programa para garantir as condições e recursos necessários ao acesso e à permanência das pessoas com deficiência nos cursos de graduação e programas de pós-graduação.</i>	X	X	X	X	X	X
A2) <i>Estabelecer cotas para os cursos de graduação e pós-graduação para a inclusão da população vulnerável.</i>	X	X	X	X	X	X
B1) <i>Realizar parcerias e/ou contratação de profissionais habilitados para a LIBRAS, para o Sistema Braille, para leitor, transcritor, para tradutor, instrutor, guia-intérprete, monitor, cuidador de discentes especiais, guias, psicopedagogo, pedagogo, psicólogo educacional, assistente social, terapeuta ocupacional e profissional da Ciência da Computação.</i>	X	X	X	X	X	X
B2) <i>Elaborar projeto de acessibilidade visando melhorar a Instituição em rampas, passarelas, sinalização e faixas de pedestre.</i>	X	X	X			
B3) <i>Incluir nos projetos pedagógicos dos cursos, ou acrescentar nos componentes curriculares temáticas voltados ao atendimento das necessidades educativas especiais.</i>		X	X			
B4) <i>Implementar tecnologias assistivas de informação e comunicação na Instituição, com vistas ao atendimento as pessoas com deficiência.</i>		X	X			

3.6 POLÍTICA DE GESTÃO

A gestão institucional desenvolve-se por meio de políticas implementadas por suas estruturas organizacionais e se viabiliza mediante a operacionalização de um processo de planejamento sistematizado.

Outrossim, pelo caráter de organização social, referenciadas pela história e pelo ambiente social em que nascem, elas dialogam consigo mesmas e com outras instituições – governos, setores do Estado, empresas, escolas, organizações não governamentais etc.

Impulsionada pela sua especificidade enquanto instituição de formação de profissionais de educação e, dada a natureza de sua missão, no aspecto administrativo, a instituição pública não se distingue de outras organizações. Como qualquer outra, ela busca o meio mais racional de produzir resultados pedagógicos, com o menor dispêndio de recursos, ou seja, buscando a eficiência, a eficácia e a efetividade na gestão, de modo a viabilizar objetivos institucionais, orientados pela sua visão de futuro. Esses desafios estão diretamente relacionados ao bom desempenho da gestão e de sua capacidade de interlocução com os diversos setores que a constituem.

Neste sentido, as políticas desenvolvidas pela equipe gestora do IFESP, procura acompanhar e ajustarem-se as decisões sugeridas pelos grupos interdisciplinares, pela comissão permanente de avaliação (CPA), pelas coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação e do núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão- NEPE, bem como ao desenvolvimento das ações formativas definidas pelo Núcleo de Formação Docente e pela Mantenedora (SEEC).

Ancorada nessas instâncias, a gestão busca desenvolver o trabalho voltado ao fortalecimento da instituição, quer sejam de natureza pedagógica (formação inicial e continuada), administrativa, pessoal ou de infraestrutura física. Outro ponto essencial para a condução da política de gestão é a adequação e ajuste de uma política financeira que viabilize o desenvolvimento da instituição, no sentido de pôr em prática as ações que demandam das necessidades contempladas, carta de serviço ao cidadão, no plano de metas e ação, no Plano Plurianual e no projeto Central de Governança Inovadora.

Assim, torna-se fundamental a busca de soluções para que se possa desenvolver uma política de gestão que garanta a sustentabilidade das ações necessárias a um funcionamento de melhor qualidade:

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

Nº	DIRETRIZES
01	<i>Consolidação de uma política de gestão inclusiva baseada na coletividade, no diálogo e com a participação da comunidade acadêmica, na perspectiva de garantir uma gestão democrática.</i>
02	<i>Apoiar as ações de ensino, pesquisa e extensão, viabilizando sua efetivação por meio de melhorias pedagógicas e de infraestrutura.</i>
03	<i>Promover a inclusão social e o respeito às diversidades, por meio de mecanismos de gestão que proporcionem à comunidade acadêmica uma visão humanística e de equidade.</i>
04	<i>Fomentar a inserção da educação ambiental e da temática da sustentabilidade ambiental de forma transversal e articulada, em todos os espaços da Instituição, a fim de formar cidadãos e profissionais conscientes de suas ações e que tenham um olhar para a sustentabilidade.</i>
05	<i>Criação e implantação do plano de carreira e salários dos servidores docentes e técnicos administrativos.</i>
06	<i>Pleitear mudança na legislação atual do IFESP para a criação do quadro de servidores com a implantação de concurso público para o preenchimento das vagas para docentes e técnicos-administrativos.</i>

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1
<i>Consolidação de uma política de gestão inclusiva, baseada na coletividade, no diálogo e com a participação da comunidade acadêmica, na perspectiva de garantir uma gestão democrática.</i>
METAS
<i>A) Valorizar os Conselhos Superiores, Ouvidoria, CPA, Grupos interdisciplinares, o NEPE, Núcleo de Documentação e Memória, os Colegiados e os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), de modo a promover uma gestão articulada com as necessidades dos segmentos acadêmicos e administrativos.</i>

B) Garantir a comunicação efetiva do IFESP com seus públicos, salientando que todos os segmentos tenham acesso à informação de forma igualitária.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Grupos, Núcleos e Conselhos Superiores da Instituição.	X	X	X	X	X	X
A2) Responder e atender as necessidades advindas da Ouvidoria e da CPA.	X	X	X	X	X	X
A3) Fomentar a política de escolha democrática para escolha da equipe gestora do IFESP.						
B1) Favorecer o diálogo e o estabelecimento de um canal aberto entre gestão, segmentos acadêmicos e sociedade em geral.	X	X	X	X	X	X
B2) Dar continuidade ao processo de informatização, com vistas a ofertas de serviços, divulgação das atividades institucionais e melhoria do acesso às informações		X	X	X	X	X
B3) Estabelecer política de comunicação, com vistas a aumentar a eficiência da comunicação interna e externa	X	X	X	X	X	X
B4) Divulgar no site da instituição e nas redes sociais as ações de ensino, pesquisa e extensão à toda a comunidade interna e externa à Instituição	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 2

Apoiar as ações de ensino, pesquisa e extensão, viabilizando sua efetivação por meio de melhorias pedagógicas e de infraestrutura.

METAS

A) Viabilizar a publicação de editais para entrada de estudantes de graduação e Pós-Graduação, bem como editais de ações de pesquisa e extensão.

B) Melhorar a infraestrutura dos ambientes de ensino, pesquisa e extensão.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Publicar anualmente editais de entrada de estudantes de graduação e pós-graduação.	X	X	X	X	X	X
A2) Publicar de acordo com as demandas, os editais de ações de pesquisa e extensão.	X	X	X	X	X	X
B1) Atender as necessidades de conservação, ampliação e equipamentos dos ambientes de ensino, pesquisa e extensão.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 3

Promover a inclusão social e o respeito às diversidades, por meio de mecanismos de gestão que proporcionem à comunidade acadêmica uma visão humanística e de equidade.

METAS

A) Canalizar esforços para a construção de uma imagem institucional cada vez mais dinâmica e atual, perante a sociedade, com inclusão social e respeito as diversidades.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Desenvolver projetos que promovam a inclusão social e o respeito às diversidades	X	X	X	X	X	X

A2) Promover práticas educacionais para as diversidades socioculturais, geracionais, de gênero, de sexualidade, das relações étnico-raciais e de necessidades específicas.	X	X	X	X	X	X
--	---	---	---	---	---	---

DIRETRIZ 4

Fomentar a inserção da educação ambiental e da temática da sustentabilidade ambiental de forma transversal e articulada, em todos os espaços da Instituição, a fim de formar cidadãos e profissionais conscientes de suas ações e que tenham um olhar para a sustentabilidade.

METAS

A) Fomentar a inserção da sustentabilidade ambiental em todos os espaços da instituição

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Promover ações de extensão que contemple atividades socioeducativas no âmbito da sustentabilidade ambiental.	X	X	X	X	X	X
A2) Promover campanhas, no âmbito do IFESP, com vistas à sensibilização da comunidade acadêmica para o uso racional de energia, água, consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, além da coleta seletiva dos resíduos gerados.	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 5

Criação e implantação do plano de carreira e salários dos servidores docentes e técnicos administrativos.

METAS

- A) Criar uma comissão para elaboração do Plano de Carreira e Salários dos docentes e técnicos.
 B) Solicitar ao Governo do Estado a mudança na Lei de Criação para contemplar as necessidades atuais de docentes e servidores técnicos do IFESP.
 C) Solicitar ao Governo do Estado a realização de concurso público para o quadro próprio do IFESP.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Apresentar uma minuta de proposta do Plano de Carreira e Salários dos docentes e técnicos à SEEC e Governo do Estado.	X	X				
B1) Formalizar por meio de processo SEI, a reabertura do processo/2021, solicitando a mudança de Lei de Criação.	X	X				
C1) Formalizar junto à SEEC a realização do concurso público para o quadro permanente do IFESP.	X	X				

DIRETRIZ 6

Pleitear mudança na legislação atual do IFESP para a criação do quadro de servidores com a implantação de concurso público para o preenchimento das vagas para docentes e técnicos-administrativos.

METAS

- A) Buscar junto a SEEC e ao Governo do Estado do RN a mudança na legislação do IFESP para a criação do quadro de funcionários por meio de concurso público para preenchimento de vagas.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Propor ao Governo do Estado do RN a mudança da legislação e a implementação de concurso público para o IFESP	X					

4. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O IFESP tem a função de prover os recursos materiais ou serviços necessários para seu funcionamento em seus pilares acadêmicos – ensino, pesquisa e extensão – e administrativos. Nesse sentido, as diretrizes a seguir propõem um plano de ação de curto, médio e longo prazo para que as ações sejam implementadas e as metas alcançadas.

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

Nº	DIRETRIZES
01	<i>Modernização da estrutura de prestação de serviços, por meio da ampliação dos espaços físicos e da informatização e obtenção de equipamentos, com vistas a tornar a administração mais eficiente e os espaços físicos mais adequados.</i>
02	<i>Melhoria e ampliação dos espaços físicos e equipamentos para atender a comunidade acadêmica em geral, bem como as especificidades das pessoas com deficiências.</i>
03	<i>Criação de um sistema acadêmico para gestão dos processos administrativos e pedagógicos da vida acadêmica de estudantes e docentes e manutenção e guarda do acervo acadêmico.</i>

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1						
<i>Modernização da estrutura de prestação de serviços, por meio da ampliação dos espaços físicos e da informatização e obtenção de equipamentos, com vistas a tornar a administração mais eficiente e os espaços físicos mais adequados.</i>						
METAS						
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Conservação da estrutura física com ampliação e pintura geral.</i> 2. <i>Modernização com a compra de equipamentos e ampliação dos espaços do IFESP.</i> 3. <i>Aquisição de novos equipamentos tecnológicos para melhoramento da comunicação, acesso a internet e segurança.</i> 						
AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) <i>Solicitar à SEEC a construção, ampliação de espaços físicos e reforma do IFESP.</i>	X	X				
A2) <i>Realizar reparos e pintura geral no prédio do IFESP.</i>	X	X	X	X	X	X
B1) <i>Adquirir equipamentos de ar-condicionado, multimídias e computadores para atender demandas de salas de aula e espaços administrativos do IFESP.</i>	X	X	X	X	X	X
C1) <i>Adquirir linhas telefônicas fixas para comunicação externa com o IFESP</i>	X	X				
C2) <i>Adquirir computadores para atender aos setores administrativos e para uso dos alunos na biblioteca como ferramenta de estudo e pesquisa.</i>	X	X	X	X	X	X
C3) <i>Adquirir ativos de rede – swits, roteadores, acsespoit, etc, para melhorar o sinal de internet nos diversos espaços da instituição.</i>	X	X	X	X	X	X

C4) Aquisição de novos equipamentos de segurança (câmeras e monitores)	X	X	X			
C5) Ampliação do horário de serviço de segurança armada na Instituição (Empresa contratada pela SEEC)	X					

DIRETRIZ 2

Melhoria e ampliação dos espaços físicos e equipamentos para atender as pessoas com deficiências e atendimentos especializados de acordo com a legislação vigente.

METAS

- A) Conservação e melhoramento dos espaços físicos, em especial as instalações sanitárias.
 B) Melhorar e ampliar os espaços físicos para atender as pessoas com deficiências e atendimentos especializados.
 C) Adquirir equipamentos específicos para atender as pessoas com deficiências e atendimentos especializados.

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Contratação de serviços para conservação e melhora das instalações, especialmente dos banheiros.						
A2) Ampliar os espaços físicos com acessibilidade.	X	X				
A3) Melhorar a acessibilidade e sinalização.	X	X	X	X	X	X
B1) Adquirir equipamentos específicos para atender as pessoas com deficiências e atendimentos especializados (recursos pedagógicos e materiais, mesas, cadeiras e outros).	X	X	X	X	X	X

DIRETRIZ 3

Criação de um sistema acadêmico para gestão dos processos administrativos e pedagógicos da vida acadêmica de estudantes e docentes e manutenção e guarda do acervo acadêmico.

METAS

- A) Buscar convênios para implementação do sistema acadêmico (SigEduc, Sigaa, Suap e outros).

AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) Dialogar com os órgãos para estabelecimento de convênio.	X	X				
A2) Conservar o acervo físico e digital existente	X	X				
A3) Manter atualizado o acervo físico e digital existente	X	X	X	X	X	X

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Os processos de acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2025-2030) buscam evidenciar, junto à comunidade acadêmica, como as políticas de ensino, pesquisa, extensão, componentes do Projeto Pedagógico institucional - PPI, estão sendo desenvolvidas por meio das atividades realizadas. Tendo como referência a visão de futuro, os objetivos do Plano, as políticas que foram estabelecidas para o período de seis anos. O seu processo de avaliação será efetivado com base nos diagnósticos advindos dos ambientes interno e externo à Instituição e dos processos de autoavaliação, devendo produzir uma reflexão profunda sobre a própria estrutura na qual as metas foram conduzidas.

A avaliação do ambiente interno do IFESP será conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), com base no Plano de Autoavaliação Institucional (PAI). A Comissão Própria de Avaliação conduzirá o processo de autoavaliação, conforme estabelecido no PAI.

Com o surgimento da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Lei do SINAES), o IFESP ajustou-se ao novo contexto por meio de um Projeto de Autoavaliação Institucional – PAI estabelecido na Resolução CCP/IFESP nº 01/2007 de 28/09/2007, que garantiu um processo de avaliação interna. Esta resolução foi atualizada pela Resolução CCP/IFESP nº 04/2024 de 27/12/24.

Os processos de acompanhamento e avaliação institucional considera, ainda, os resultados obtidos pelos estudantes do IFESP no ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. As diretrizes e definições gerais sobre o Enade baseia-se nos seguintes normativos:

- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, e republicada em 31/08/2018, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

SUMÁRIO DAS DIRETRIZES

Nº	DIRETRIZES
01	<i>Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento Institucional.</i>

DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES

DIRETRIZ 1						
<i>Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento Institucional.</i>						
METAS						
A. <i>Coordenar e articular o processo interno de avaliação junto a CPA.</i>						
B. <i>Criar uma Comissão Especial de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação da execução das metas e ações deste PDI.</i>						
AÇÕES	PRAZOS DE EXECUÇÃO					
	2025	2026	2027	2028	2029	2030
A1) <i>Atualizar o Projeto de Autoavaliação Institucional.</i>	X					X
A2) <i>Atualizar o Regimento da CPA.</i>	X					X
A3) <i>Realizar reuniões sistemáticas da CPA para estudos e discussões em torno da Avaliação Institucional</i>	X	X	X	X	X	X
A4) <i>Revisar os formulários e outros instrumentos avaliativos da CPA que respondam aos anseios da comunidade acadêmica.</i>	X	X	X	X	X	X
A5) <i>Analisar os dados coletados nos formulários de avaliação respondidos pela comunidade acadêmica.</i>	X	X	X	X	X	X
A6) <i>Elaborar os Relatórios Anuais das avaliações realizadas no IFESP.</i>	X	X	X	X	X	X
A7) <i>Analisar os dados das avaliações externas dos cursos (ENADE), viabilizando discussões com vistas a sua melhoria.</i>	X	X	X	X	X	X
B1) <i>Constituir a Comissão Permanente Especial de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação das metas e ações deste PDI, atualizada a cada dois anos.</i>	X		X		X	
B2) <i>Realizar a Avaliação do PDI a cada dois anos</i>		X		X		X
B3) <i>Produzir e publicar relatórios sobre os resultados do PDI</i>		X		X		X
B4) <i>Realizar Seminários Bianuais de avaliação para construções de estratégias conjuntas visando solução de problemas apresentados.</i>		X		X		X

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exposto nesse documento, constitui-se um projeto coletivo, resultante de um processo participativo de construção, envolvendo os diversos segmentos da instituição. Para que este documento ganhe vida no cotidiano da Instituição, vindo a ser um instrumento norteador dos rumos do IFESP para os próximos seis anos, subsidiando o planejamento institucional em todos os níveis, são necessários o trabalho e o compromisso de todos que fazem esta Instituição – gestores, docentes, técnicos administrativos e discentes.

A construção, a historicidade da cultura e das práticas formativas, bem como a responsabilidade social e a inserção local e regional do IFESP têm influenciado fortemente a elaboração dos nossos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI. O diagnóstico dos últimos 20 anos do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy tem se refletido nos PDIs 2005-2009; 2011–2015; e 2017-2022 que servem como referência para a definição do PDI ora apresentado (2025-2030). O caminho percorrido para a construção deste PDI envolveu uma análise situacional que considerou os vinte anos de elaboração desses documentos acima citados, além dos relatórios da Comissão Própria de Avaliação-CPA, relatórios de gestão, bem como seminários de sensibilização, formação e fundamentação, entrevistas com gestores e docentes, e consulta pública que possibilitou a coleta de depoimentos, análises, posicionamentos, percepções e contribuições ao documento.

Esse percurso metodológico de elaboração revela, mais uma vez, que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy - IFESP consiste em um documento que aponta os rumos do Instituto, contemplando sua missão, visão de futuro, princípios, objetivos, perfil e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), evidenciando as metas a serem alcançadas, as políticas e respectivas diretrizes.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFESP se constitui, ainda, como referência para avaliar a própria instituição ao longo do tempo, seja pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), seja por organismos específicos da Secretaria de Estado, da Educação, do Esporte e do Lazer (SEEC), servindo também como um instrumento para a própria comunidade acadêmica acompanhar a gestão institucional.

Assim, os processos de acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2025-2030) buscam evidenciar, junto à comunidade acadêmica, como as políticas de ensino, pesquisa, extensão, componentes do Projeto Pedagógico

institucional - PPI, estão sendo desenvolvidas por meio das atividades realizadas, tendo como referência a visão de futuro, os objetivos do Plano, as políticas que foram estabelecidas para o período de seis anos. Neste processo avaliativo serão considerados os diagnósticos advindos dos ambientes interno e externo à Instituição e dos processos de autoavaliação. Neste mesmo processo de construção do PDI, foi realizada a atualização do Projeto de Avaliação Institucional – PAI (Anexo 1), que também se submeteu a apreciação do público interno e externo.

Ao longo desse processo de desenvolvimento e avaliação do PDI, tem sido possível constatar a evolução e o aprimoramento do planejamento institucional, que vem se consolidando e se estruturando em todos os seus níveis hierárquicos, bem como o próprio crescimento do IFESP como Instituição Formadora e com importante alcance social.

Tendo como referencial esse conjunto de dados e informações, conseguimos constatar avanços e conquistas, principalmente nos desafios ao exercício das potencialidades da instituição e assim propormos políticas e ações que vislumbram o avanço do IFESP para os próximos 6 anos.

Diante da importância do IFESP como agência catalisadora do desenvolvimento da qualidade da formação de profissionais que atuam/atuarão em processos educacionais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e visando ao cumprimento da sua missão institucional estabelecido em seu Estatuto, o IFESP estará apto a consolidar a sua tradicional política de formação docente e outras áreas de atuação e estender suas ações para novas frentes de conhecimento.

O PDI (2025-2030), apresentado aqui, constitui-se um projeto coletivo, resultante de um processo participativo de construção, envolvendo os diversos segmentos da instituição. Para que este documento ganhe vida no cotidiano da Instituição, vindo a ser um instrumento norteador dos rumos do IFESP para os próximos cinco anos, subsidiando o planejamento institucional em todos os níveis, são necessários o trabalho e o compromisso de todos que fazem esta Instituição – gestores, docentes, técnicos administrativos e discentes.

Nesse processo de construção coletiva, que envolve desenvolvimento de ações e avaliação, é preciso evidenciar, entre outras, a implementação de uma política de relacionamento, interação e acompanhamento do itinerário profissional do egresso por meio de ações de cooperação e promoção institucional, visando a constante atualização dos currículos de acordo com as necessidades da sociedade.

Com esse mesmo objetivo, será criada uma Comissão Especial de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação da execução deste PDI que, dentre outras finalidades,



contribuirá para a reformulação de instrumentos avaliativos e para a sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica sobre a importância na participação no processo de autoavaliação institucional. Neste sentido, a cada dois anos esta comissão buscará identificar o cumprimento das metas e ações propostas neste PDI.